



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ERÉGIA GANDOLFI

**MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JOVENS NO CAMPO:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC**

**CHAPECÓ
2017**

ERÉGIA GANDOLFI

**MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JOVENS NO CAMPO:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Ci-
ências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Gandolfi, Erégia

MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JOVENS
NO CAMPO: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC/ Erégia
Gandolfi. -- 2017.

34 f.:il.

Orientador: Leonardo Rafael Santos Leitão.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Sociais , Chapecó, SC, 2017.

1. Agricultura Familiar. 2. Juventude Rural. 3.
Sucessão de Propriedades Familiares Rurais. I. Leitão,
Leonardo Rafael Santos, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

ERÉGIA GANDOLFI

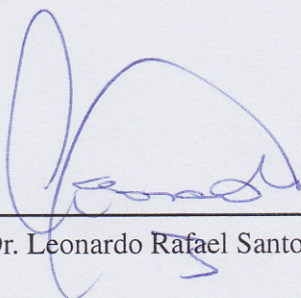
**MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JOVENS NO CAMPO:
O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

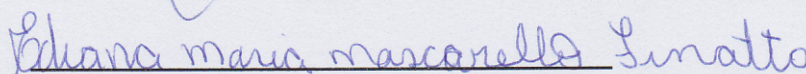
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 26/07/2017.

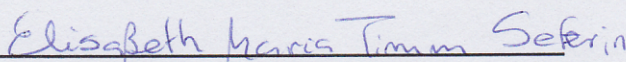
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão– UFFS



Profª. Me. Ediana Maria Mascarello Finato



Profª. Me. Elisabeth Maria Timm Seferin

Dedico esta conquista as pessoas mais importantes da minha vida: meus pais Rosalino e Ilse Gandolfi, minhas irmãs Andréia e Elaine, aos meus sobrinhos Anderson e Felipe que tanto amo e me fazem feliz e, em especial, ao meu namorado Tiago Debastiani.

Sem o apoio de vocês, este trabalho não se realizaria e não teria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos professores que me conduziram nesta pesquisa Professora Doutora Valdete Boni e o Professor Doutor Leonardo Rafael Santos Leitão, pelo apoio, supervisão e orientação deste trabalho.

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS pela oportunidade de estudar e permanecer na instituição, me possibilitando auxílios através de subsídios financeiros e a participação de projetos vinculados a pesquisa e a extensão, contribuindo para a democratização da educação em uma região antes esquecida pelas instituições públicas de ensino. Ao Movimento “Pró-Universidade”, constituído por entidades, Movimentos Sociais, lideranças populares, e comunidade regional que lutaram brava e incessantemente durante anos para tornar realidade o sonho de construir uma instituição de ensino superior pública, gratuita, de qualidade e acima de tudo democrática.

Meus pais Rosalino e Ilse Gandolfi, agricultores familiares “sem sucessores”, que me deram informações em que eu não encontraria em nenhum material escrito, para realizar este trabalho e que sempre estiveram preocupados com o desempenho e conclusão deste.

Meu namorado Tiago Debastiani, que sempre me apoiou para a realização desta pesquisa, contribuindo com a mesma.

Meus amigos e amigas de todos os lugares, principalmente aos amigos da comunidade de Linha Lomba Grande, Arvoredo-SC onde realizei minha pesquisa.

Aos entrevistados e amigos: Anderson Lorenzetti, André Caviglioni, Camila Lorenzetti, Daniel Somensi, Elizandro Simoni, Everaldo Gandolfi, Fernando Gadini, Gabriel Somensi, Jefferson Seghetto, Lindines Gadini, Lucas Gandolfi, Lucidio Nardino, Maiara Aroldi, Maicon Caviglioni, Maicon Frigo, Odimar Simoni, Thais Lorenzetti e Veridiane Simoni.

E por fim, mas não menos importantes, agradeço minhas irmãs Adréia e Elaine e, meus sobrinhos Anderson Trevisan e Felipe Gandolfi Daniel pelo amor, beijos, carinhos, abraços e risos recíproco. Amo vocês!

Muito obrigada a todos/as.

“Mas, apesar de tudo isso, o latifúndio é feito um inço, que precisa acabar. Romper as cercas da ignorância, que produz a intolerância, terra é de quem plantar.” (Canção da Terra, Pedro Munhoz)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o que faz com que haja interesse na permanência no campo por parte dos jovens da comunidade de Lomba Grande, Arvoredo-SC. O trabalho realiza uma análise no contexto da estrutura das propriedades rurais no âmbito da agricultura familiar do oeste catarinense. Tendo em vista o esvaziamento do campo, sendo maior a saída de jovens, esta pesquisa busca observar quais são as principais motivações que contribuem para que jovens permaneçam nas propriedades rurais, ou que em determinado momento retornem à elas, tendo o trabalho no campo como meio de renda e/ou sobrevivência.

Palavras-chave: Juventude rural. Agricultura familiar. Oeste catarinense. Permanência.

ABSTRACT

The present work seeks to understand what it make it that there is interest to stay in the countryside by part of the young people of the community of Lomba Grande, Arvoredo, state of Santa Catarina. The work makes an analysis on the context of the structure of the rural properties in the scope of family farming in the west of Santa Catarina. In view of the emptying of the countryside, being greater the exit of young people, this research seems to observe which are the main motivations that contribute to young people staying in the rural properties, or that at any given moment they return to them, having the work in the field as source of income and/or survival.

Keywords: Rural youth. Family farming. West of Santa Catarina. Permanency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Descida da balsa pelo Rio Uruguai.	29
Figura 2 – Estrutura em propriedade familiar com jovem sucessor.	30
Figura 3 – Momento de carregamento das aves.	31
Figura 4 – Localização do município de Arvoredo, no Estado de Santa Catarina.	34
Figura 5 – Censos demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010	35
Figura 6 – Comparativo Populacional com Base em Dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010	36
Figura 7 – Gráfico da Faixa Etária de 2000 e 2010	37
Figura 8 – Grafico da Progressão Etária com Base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010	38
Figura 9 – Imagem de satélite do centro da comunidade de Linha Lomba Grande, interior do município de Arvoredo-SC.	39
Figura 10 – Escola Municipal de Lomba Grande.	40
Figura 11 – Número de participantes do Grupo de Jovens separados por faixas etárias.	50
Figura 12 – Imagem de Divulgação do Evento Realizado em Setembro de 2016.	51
Figura 13 – 40ª edição da Romaria em Honra à São Pelegrino, realizada na comunidade de Lomba Grande-Arvoredo, em 12 de fevereiro de 2017.	52
Figura 14 – Equipe Feminina de Futebol 7 de Lomba Grande nas Olimpíadas Municipais em 2015.	53
Figura 15 – Despedida de solteiro de um dos integrantes do Grupo de Jovens, em outubro de 2016.	54
Figura 16 – Viagem realizada pelo Grupo de Jovens para o litoral catarinense em 2016.	54
Figura 17 – Foto da propriedade de um dos jovens sucessores pesquisados. Agosto de 2016.	56
Figura 18 – Equipe Masculina de Futebol 7 de Lomba Grande nas Olimpíadas Municipais em 2015.	59
Figura 19 – Casamento de um dos Integrantes do Grupo de Jovens, novembro 2016.	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censos Demográficos de 1980 - 2010 35

LISTA DE SIGLAS

ACF	Associação Chapecoense Futebol
AMOSC	Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal Catarinense
JBS	José Batista Sobrinho
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEA	População Economicamente Ativa
PJ	Pastoral da Juventude
Planapo	Plano Brasil Agroecológico
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SADIA	Sociedade Anônima de Concórdia
SC	Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
Unochapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARI- NENSE	25
2.1	HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE	26
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC	33
3	O QUE É JUVENTUDE?	41
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NOS ANOS 2000 E SUAS PERSPECTIVAS	42
3.2	CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO JOVEM DAS ATIVIDADES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR	45
4	MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JO- VENS NO CAMPO: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC .	49
4.1	ATIVIDADES RURAIS DESENVOLVIDAS PELOS JONVENS NAS PRO- PRIEDADES	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A importância de se pesquisar as principais motivações dos jovens a permanecerem no meio rural se dá através do avançado processo de esvaziamento desse espaço. É de fundamental importância o estudo das principais práticas influenciadoras à permanência dos jovens, já que estes representam a continuidade do campo como meio de produção, e não somente, mas também representa a sobrevivência das futuras gerações por meio da produção de alimentos.

Nesta pesquisa realizamos um estudo de caso no município de Arvoredo, oeste de Santa Catarina, no período de Maio de 2015 a Fevereiro de 2017, local em que o esvaziamento do campo, sendo maior a saída de jovens, esta pesquisa procurou observar as principais motivações que contribuem para que jovens permaneçam nas propriedades rurais, ou em determinado momento retornem à elas, tendo o trabalho no campo como meio de renda e/ou sobrevivência.

A escolha pelo tema deu-se a partir do forte abandono da agricultura familiar principalmente pelas gerações sucessoras dessa região. O município de Arvoredo-SC, por sua vez, foi escolhido pela minha proximidade enquanto pesquisadora e por ser residente desta localidade. Acho importante destacar aqui, que também sou uma jovem que deixou o campo para estudar e que, embora desejo voltar a viver e trabalhar na agricultura, é uma realidade um tanto quanto distante.

O objetivo desta pesquisa é compreender as principais influências pelas quais os jovens queiram permanecer desenvolvendo as atividades dos pais e avós, nos estabelecimentos rurais. Tendo em vista que no ambiente pesquisado, contamos com jovens que retornaram à propriedade após algum tipo de especialização, seja ela direcionada ao campo ou não.

Esta pesquisa é qualitativa e objetiva conhecer em profundidade quais são as percepções com relação à permanência no campo pelos jovens. Trabalhamos com três subdivisões de grupos: 1) Graduados e técnicos que retornaram para as atividades agrícolas; 2) Jovens que não deixaram a propriedade e que já são reconhecidos como sucessores; 3) Jovens que deixaram o campo em busca de novas alternativas de trabalho, vida e estudo.

No decorrer deste quase um ano de pesquisa com dedicação aos jovens da comunidade de Lomba Grande, no município de Arvoredo-SC, tive várias dificuldades, entre elas o método de escolha dos e das entrevistadas e a inclusão da categoria de jovens estudantes nesta pesquisa já que o objetivo desta não é compreender o porquê estes deixaram o campo para estudar, tendo em vista a existência de outras pesquisas já realizadas com essa temática (Abramovay e Camarano (1998), Abramovay et al. (1998), Brumer (2014), Paulilo (1987), Paulilo e Schmidt (2003), Stropasolas (2014), entre outros), a dificuldade de encontrar material teórico relacionado a permanência dos jovens para dar corpo ao trabalho, a incerteza de conseguir dar conta da pesquisa e principalmente a dificuldade de realizar as entrevistas com os jovens, já que os finais de semana meus e para a maioria dos jovens da categoria estudantes são reservados a família e ao auxílio nas atividades rurais, pois residimos (na maioria dos casos pesquisados) fora da propriedade rural para estudar e somente é possível dedicar-se um pouco para os familiares e

auxiliar nas atividades da propriedade nesse período. No entanto, os finais de semana para os jovens sucessores e da categoria de técnicos e graduados que retornaram ao estabelecimento agrícola ocorre o inverso, é sinônimo de lazer e descanso, quando não se está dedicado aos suínos e as atividades leiteiras.

Os 18 jovens pesquisados correspondem a 15% dos jovens da comunidade de Lomba Grande. Ressalvo que só não foram entrevistados 100% dos jovens que “[. . .] se considera e [. . .] é considerado jovem” (RENK; DORIGON, 2014, p. 18), devido ao tempo e a desproporção em quantidade das categorias.

O interesse pelo tema surgiu após várias eliminatórias, podemos assim dizer, onde vários assuntos relacionados a juventude foram descartados por não dar ênfase as minhas origens e por não me sentir incluída, podendo assim ter dificuldade em desenvolver a pesquisa. Decidi que trabalharia a permanência dos jovens no campo após ler alguns trabalhos sobre a saída dos mesmos dos estabelecimentos agrícolas e notar que na comunidade onde nasci e cresci a permanência/retorno é maior que a saída. Nesse sentido, optei em buscar compreender o que faz com que tantos jovens, mesmo que incentivados pela mídia, trabalho, independência financeira e familiar, lazer e tantos outros atrativos, ainda queiram permanecer vivendo e produzindo no campo.

Iniciamos este trabalho destacando a agricultura familiar, sua importância e por quem ela é desenvolvida. Abordamos questões ligadas à agricultura familiar a partir da óptica de autores clássicos da sociologia rural, fazendo uma análise no contexto da estrutura das propriedades rurais no âmbito da agricultura familiar do oeste catarinense. Tendo em vista o processo de colonização e a expulsão dos nativos de suas terras pelos colonizadores e o processo de produção comercial a partir da fundação das primeiras agroindústrias na região.

No segundo capítulo trabalhamos o que é juventude, e quem pode ser incluído nessa categoria. Destacamos as políticas públicas para a juventude e suas dificuldades de acesso. Concluímos esse capítulo abordando as consequências do êxodo jovem das atividades rurais e podemos adiantar aqui que, a permanência no campo é associada à falta de estudo, mas que, mesmo assim, mais de 33% dos jovens entrevistados para esta pesquisa possuem curso técnico ou especialização e nem por isso deixaram de retornar aos estabelecimentos dos pais. Outro fator que se destaca aqui é o que é juventude, como e quem pode ser considerado jovem a partir da opinião de vários autores da sociologia rural, bem como a importância de que a juventude seja contemplada com mais políticas de acesso à terra e as atividades desenvolvidas no campo.

Por fim, no capítulo terceiro, desenvolvemos nossa pesquisa com três categorias de jovens, como já mencionadas: 1) jovens que possuem alguma especialização ou curso técnico e retornaram ao campo; 2) jovens já reconhecidos como sucessores; e, 3) jovens estudantes. As três categorias são compostas por jovens de 15 a 29 anos da comunidade de Lomba Grande, interior do município de Arvoredo-SC, e através destes e destas jovens buscamos encontrar respostas às nossas inquietações com relação ao gosto pelas atividades agrícolas.

2 PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Agricultura familiar é um termo legal, aprovado em 2006 pelo Congresso Nacional, onde o processo de produção familiar passa a ser legalmente chamado de *Agricultura Familiar*. A produção nesse modelo de agricultura possui mão de obra de base familiar, como o próprio nome já diz, em uma área de até 4 módulos rurais fiscais¹, portanto são consideradas pequenas e médias propriedades, eventualmente utilizam de trabalhadores assalariados, mas o trabalho familiar presente na propriedade permanece ativo, ou seja, embora em alguns casos exista mão de obra externa à família, os integrantes com mão de obra ativa da família exercem funções dentro da propriedade familiar. Anterior a década de 1990, a referência a Agricultura Familiar era quase que inexistente no país e esta categoria era identificada como pequenos produtores, produtores de subsistência ou produtores de baixa renda.

O conceito de agricultura familiar tem sido ampliado devido ao acesso a programas sociais, onde pescadores artesanais, extrativistas, populações tradicionais e ribeirinhas, assentados da reforma agrária, por exemplo, ingressam nesta categoria no ponto de vista do acesso às políticas públicas.

Por outro lado, a agricultura de base patronal tem como característica principal sua relação direta com o agronegócio, grandes quantidades de terras e uma produção em larga escala, além da produção de monoculturas (trigo, soja, arroz, milho e pecuária). Nesse modelo de agricultura prevalece a mão de obra contratada e não vinculada à família. Aqui, a produtividade é muito alta em decorrência da seleção de sementes, uso constante de fertilizantes, mecanização da agricultura e principalmente pelo acompanhamento de pessoas especializadas desde o plantio até a venda do produto.

Segundo o secretário da agricultura familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Bianchini (2014), cada país tem um critério mais ou menos abrangente para classificar a categoria da Agricultura Familiar de forma universal. No Brasil, existem 4,3 milhões de estabelecimentos que vivem em regime de economia familiar de um universo de quase 5,1 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes. No mundo, estima-se 500 milhões de propriedades rurais com base familiar.

Existem algumas características muito comuns que diferenciam a agricultura familiar da agricultura patronal. A primeira é a produção feita pela família, onde no geral, cada propriedade possui duas ou três pessoas ativas que desenvolvem a produção de alimentos. Esta produção, em muitos casos, está ligada a segurança alimentar dessas famílias, ou seja, o modelo de produção é feito a partir de um modo mais saudável, com a utilização de menos ou nada de agrotóxicos e uma produção variada, isto é, uma multivariada na produção de alimentos. As maiores produções com base familiar no Brasil, concentram-se nos setores como hortifrúti (produção de hortaliças e frutas), setor leiteiro, suínos e aves. Mesmo concentrando menos de 1/3 da área útil

¹ O tamanho para cada módulo fiscal varia de acordo com o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida a partir dessa exploração, outras explorações existentes no município mesmo não predominantes mas, que possuem expressividade e o conceito de agricultura familiar.

no Brasil, a Agricultura Familiar responde por 38% do Valor Bruto de Produção (VBP), segundo dados do Censo. . . (2006). Isso significa que, embora esse modelo de produção tenha menos posse de terras, produz uma quantidade de alimentos muito significativa na produção agrícola, sendo esses alimentos essenciais na mesa dos brasileiros. No segundo modelo de agricultura, a patronal, observa-se mão de obra contratada, qualidade dos alimentos não prevalece mas sim a alta produtividade, aplicação exagerada de agrotóxicos e fertilizantes, a mecanização da agricultura é intensa, o que provoca a pouca necessidade de mão de obra contratada, que embora tenha a necessidade de contratação mão de obra externa, a mecanização e o uso de fertilizantes fazem com que a contratação (percentual) seja inferior a contratação na Agricultura Familiar.

Quando a mão de obra dessas propriedades familiares possuem acesso a políticas públicas, a educação e tem uma boa qualidade de vida, mesmo com uma pequena área de terra, a produção de alimentos aumenta se comparada a agricultura patronal. Segundo Broch (2014), presidente da Contag, cerca de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros é resultado da agricultura familiar.

Ainda segundo (BROCH, 2014), além de produzir a maior parte dos alimentos dos brasileiros, esse modelo de agricultura carrega consigo um enorme “bem cultural”, pois trata-se do jeito que as diversidades regionais produzem. As regiões sul, nordeste, norte e centro-oeste são as regiões do Brasil que mais concentram famílias que vivem no regime de economia familiar, sendo que essas regiões abrigam diversas culturas, como por exemplo, italiana, alemã, polaca, indígena, ribeirinha, extrativista, caboclos, entre outras, que carregam consigo valores e credos que são muito importantes para o desenvolvimento e a continuidade deste importante modelo de produção.

A importância da Agricultura Familiar se dá também por meio do desenvolvimento econômico local, pois os produtos, desde o plantio até a comercialização, circulam em torno da região, consolidando um desenvolvimento da base local. Diferentemente da agricultura patronal, por exemplo, que adquirem seus produtos em outras regiões (relação de custo benefício) e na maioria das vezes nem residem na propriedade ou em muitos casos, nem mesmo na região em que a propriedade está localizada.

Em decorrência do avançado processo de esvaziamento do espaço rural, especialmente nesse regime econômico familiar, é de fundamental importância o estudo dos principais fatores que influenciam a permanência dos jovens, já que estes representam a continuidade do campo como meio de produção, mas também representa a sobrevivência das futuras gerações.

2.1 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Na região oeste de Santa Catarina a agricultura familiar merece destaque, especialmente devido ao processo de colonização da região por volta da década de 1920, onde a região foi povoada com famílias italianas e alemães especialmente vindas do Rio Grande do Sul, segundo Renk (2005), após a região dos *Campos de Palmas* despertar grande interesse nas empresas

colonizadoras devido à abundância de araucárias e ervais. Nesse período a retirada da madeira resultou no início da expulsão dos índios e caboclos que viviam nessa região, resultando na Guerra do Contestado em 1912.

No início do século XX, nas terras ricas em ervais e araucárias do sul do Brasil, conhecidas por Campos de Palmas, despertaram o interesse de empresas colonizadoras e chamaram a atenção das oligarquias rurais de Santa Catarina e do Paraná. A empresa *Brazil Development & Colonization Company* (subsidiária da *Brazil Railway Company*) obtiveram a concessão para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, recebendo como pagamento uma faixa de terra de quinze quilômetros de largura de cada lado da ferrovia, com a incumbência de colonizar essa área (CABRAL, 1987; POLI, 1995). A exploração da madeira deu início à retirada dos indígenas e caboclos e o conflito entre os distintos interesses em disputa foi responsável pela eclosão da Guerra do Contestado em 1912, que veio a terminar somente em 1915. Após este conflito, a área em litígio foi dividida, dando origem aos atuais estados do Paraná e Santa Catarina (BORDIGNON, 1968; WERLANG, 2006) (KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012, p. 1).

Após este conflito histórico, o governo de Santa Catarina criou os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó e, concedeu a particulares e a empresas colonizadoras, glebas² para “preencher o vazio demográfico”, em direção ao oeste do estado (RENK, 2005). Após a Guerra do Contestado a região oeste ficou conhecida pelo restante do estado como uma região “desabitada, ubérrima e vazia”. Esse modelo teve como base o Rio Grande do Sul, onde se deu a partir do “povoamento disperso”, tinha como base a pequena propriedade.

A divulgação da disponibilidade das terras foi feita através de jornais e revistas com intuito de comercializar os lotes, principalmente para os agricultores das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Nestas colônias, o fechamento da fronteira agrícola e o crescimento populacional provocaram uma profunda fragmentação fundiária, dificultando a reprodução de seu sistema produtivo colonial, bem como, a reprodução da família (SCHNEIDER, 2010).

Schneider (2010) destaca que,

Quando se analisa especificamente a agricultura e o meio rural brasileiro, a desigualdade e a diversidade econômica são, ao mesmo tempo, causa e consequência do modelo de ocupação territorial do país. Embora não haja um modelo único, o padrão de ocupação e apropriação do território brasileiro foi estabelecido a partir do momento em que os portugueses deixaram de extrair as riquezas naturais (madeiras e escravos indígenas) para estabelecer as bases de um sistema de produção agrário-exportador assentado na *plantation* de cana-de-açúcar, durante o século XVII, e o café, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A formação da propriedade privada da terra ganhou contornos mais definitivos somente a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que concedeu o direito particular de uso e a propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado como terras públicas ou pertencentes ao Estado (MARTINS, 2004; LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1981). Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de áreas

² Pedacos de terras não urbanizadas

destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa, tais como alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875) e outras etnias (especialmente, a partir da Proclamação da República, em 1889) (SCHNEIDER, 2010, p. 98-99, grifo do autor).

Segundo Silvestro (1995), a oferta de terra fértil com um preço acessível e com formas de pagamento bem diversificada, foi vista pelos colonos do Rio Grande do Sul como maneira de “fazer a vida” e “colocar os filhos”, isto é, dar continuidade ao modo de vida rural.

A chegada dos colonos no oeste catarinense foi encarada com várias dificuldades. Depararam-se com uma floresta da mata tropical densa, com ausência de estradas e canais de circulação comercial.

Boni (2012) destaca que,

No início da ocupação da área estudada, o governo do Estado fez grandes concessões de terras às empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, demarcavam e vendiam os lotes de terras aos agricultores recém-chegados. Esses colonos, como são denominados os agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães, encontraram terrenos montanhosos e de difícil acesso. No entanto, a maioria deles já estava habituada a este tipo de relevo em seus países de origem. Em grande parte da região havia caboclos e índios que habitavam as matas, sem deter o título de propriedade. O governo, ao ceder as terras às empresas colonizadoras, ignorou a presença desses moradores. Muitos deles tornaram-se agregados nas propriedades adquiridas pelos colonos. (BONI, 2012, p. 30-31).

Foi necessário derrubar a mata antes de iniciar a exploração de terra. Com a extração da madeira, foram construídas as casas e as benfeitorias das propriedades, os excedentes foram comercializados, principalmente para a Região Platina e Fronteira Gaúcha, transportados durante as cheias do Rio Uruguai (Figura 1), em função da distância do oeste catarinense dos centros comerciais, a precariedade das estradas e o relevo acidentado.

Com a mata extraída, pode-se explorar a terra, sendo esta exploração semelhante a ocorrida durante o processo de colonização do Rio Grande do Sul, o qual segundo Konrad e Azevedo da Silva (2012), consistia na rotação das atividades produtivas, sendo principalmente o cultivo da agricultura e da pecuária, sendo os primeiros anos de produção, voltados à subsistência. Nesse período era abundante o cultivo de milho, feijão, trigo, arroz, batata-doce, soja, cana-de-açúcar, mandioca, abóbora e alimentos de época, como melancia, melão, uva e diversos legumes; bem como a criação de frangos, suínos e gado.

A criação de suínos além de estar associada a alimentação das famílias, era a principal atividade desenvolvida na propriedade, com o objetivo de auxiliar na renda familiar e a alimentação dos animais era principalmente milho, que também era produzido na propriedade, o que não gerava custos elevados para a criação dos animais, sendo assim propriedades autossustentáveis, pois produziam a alimentação do animal e utilizavam da mão de obra presente na propriedade. A comercialização dos animais ocorria principalmente em função da necessidade de adquirir novas terras.

Figura 1 – Descida da balsa pelo Rio Uruguai.



Fonte Museu Municipal Hermano Zanoni, Concórdia-SC.

Esta produção também estava atrelada à formas de conservação de alimentos, especialmente carnes, pois como não havia eletricidade, a conservação destas dava-se através da armazenagem em recipientes com banha (gordura suína). A carne suína também permite a produção de embutidos - salames e copas - o que, ainda, facilita a armazenagem por não precisarem estar resfriados para conservar-se.

Segundo Konrad e Azevedo da Silva (2012), nas décadas de 1930 e 1940 surgem os primeiros abatedouros no Oeste Catarinense, entre eles a Perdigão, o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli e a Sociedade Anônima de Concórdia (SADIA). A SADIA foi fundada em 1944, no município de Concórdia-SC, mas somente após a rentabilidade das atividades do moinho, que efetivaram a construção do frigorífico. Inicialmente tinha como atividade principal a produção de banha, em função da dificuldade de armazenamento, e esta possuía um bom preço em sua comercialização. Além da banha eram fabricados produtos secundários de armazenamento simples, como carne salgada, salames e linguiças.

A eletricidade chegou em Concórdia na mesma década e possibilitou a SADIA aprimorar seus investimentos na área dos frigoríficos, criando assim câmaras frias. Deste modo, aos poucos o frigorífico foi direcionando seus investimentos para industrialização da carne, invertendo

assim as prioridades, tornando a carne um produto primário. A banha, no entanto, passou a ser um produto secundário. Para Konrad e Azevedo da Silva (2012) a SADIA para aumentar sua produtividade, importou raças de suínos do tipo carne, como a Duroc Jersey e Polland-China, dando início a substituição das raças nacionais do tipo banha.

No início as experiências realizadas com as raças de suínos do tipo carne eram feitas na granja da SADIA, e somente após acordos verbais, essas experiências foram ampliadas entre os agricultores. A SADIA selecionava alguns produtores e lhes forneciam três matrizes, sem nenhum custo, em troca, os agricultores deveriam comprar a ração fabricada e fornecida pela SADIA e quando as crias destas matrizes estivessem pronta para o abate, deveriam ser vendidos para a SADIA, afim de descontar o peso das matrizes cedidas anteriormente (KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012).

A partir deste sistema pioneiro de integração entre produtores e frigorífico, conhecido como parcerias, foram sendo desenvolvidas melhorias na produção, reduzindo assim o tempo necessário para engordar e abater o animal. Atualmente o suíno tem uma expectativa de vida média de 170 dias e é abatido com peso entre 90 e 100 Kg.

A SADIA investiu no aprimoramento da matéria-prima e no desenvolvimento de novos produtos, bem como, iniciou estudo sobre a viabilidade de desenvolver a avicultura na região, com objetivo de se firmar comercialmente no mercado nacional. Ao mesmo tempo, essa perspectiva impulsionou a atividade suinícola pelo Oeste Catarinense, a qual passou a se destacar em nível nacional. Cabe ressaltar que até então, o crescimento horizontal da produção familiar conseguia atender a demanda frigorífica. Esta boa resposta às necessidades do frigorífico e ao crescimento da produção agrícola, fez com que esta região fosse considerada celeiro do Brasil (RENK, 2005).

Na Figura 2 e na Figura 3, observamos a produção de aves, atualmente na região oeste catarinense, em fase de carregamento, ou seja, com 27 dias de alojamento na propriedade familiar.

Através do sistema de parceria, as relações comerciais entre produtores e frigoríficos tornaram-se mais frequentes e introduziu fortes mudanças nas unidades familiares, mesmo sendo poucos os produtores adeptos ao sistema de integração em 1950, prevalecendo nesse período, a produção independente.

A capacidade produtiva dos frigoríficos era assegurada pela base social da produção familiar. Mas para isso, era necessário que os frigoríficos tivessem influência e dessem incentivos à expansão e ao aperfeiçoamento da produção através do sistema de parcerias e integração. A influência das indústrias sobre as unidades produtivas ocorreram indiretamente e eram relativamente menores, pois as relações ainda eram determinadas pela necessidade da família, a qual mantinha autonomia sobre o processo produtivo.

Com o passar do tempo e o aumento da produção de suínos, a produção de milho da unidade familiar já não abastecia completamente a produção de animais da propriedade, nesse sentido foi necessário que os produtores viessem a adquirir o alimento externo a propriedade e por este fator, a paisagem rural da região sofreu grandes interferências. Dessa forma, o agricultor se tornou tanto produtor como consumidor sistemático de mercadorias (CAMPOS, 1987), visto

Figura 2 – Estrutura em propriedade familiar com jovem sucessor.



Fonte Cedida pelos entrevistados.

que passou a depender de fatores e produtos de “fora da porteira”, ou seja, produtos com origem fora da propriedade agrícola.

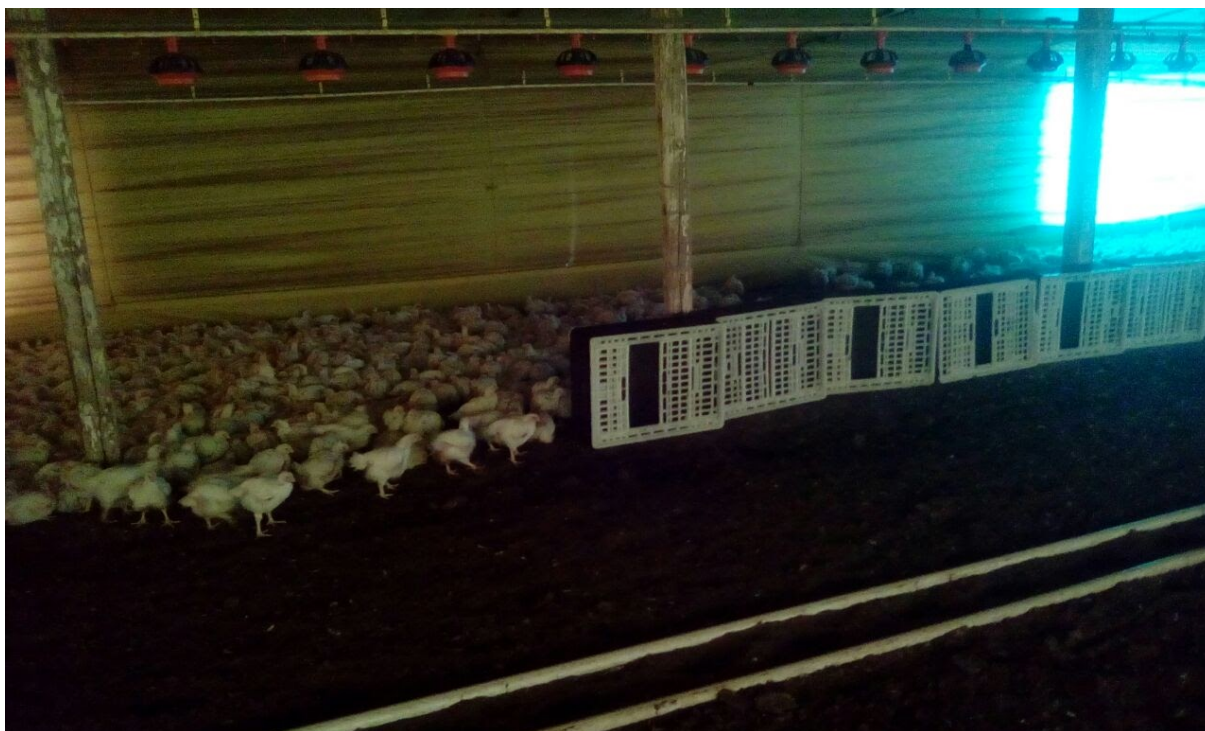
A adoção do sistema de integração alterou o modo de vida colonial, pois os contratos de integração inseriam novas formas de relações de produção, de sociabilidade – modificando-o substancialmente. Segundo Abramovay (2007), os produtores que se integram totalmente ao mercado,

[...] transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais [...]. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. (ABRAMOVAY, 2007, p. 137).

Assim, o modo de vida colonial sofreu transformações para sobreviver ao novo ambiente social e econômico, o que causou perdas as características constitutivas elementares, inclusive nas “bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social” (ABRAMOVAY, 2007, p. 142). Porém, segundo Tedesco (1994 apud KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012), “[...] naquele momento, apresentou-se como importante alternativa, estratégia de reprodução e de sobrevivência do agricultor familiar na economia capitalista”(KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012, p. 11).

Segundo Konrad e Azevedo da Silva (2012),

Figura 3 – Momento de carregamento das aves.



Fonte Cedida pelos entrevistados.

alguns autores defendem a ideia de que a integração causou perda da autonomia e a transformação do agricultor em um trabalhador assalariado, subordinado ao capital [. . .] ; outros defendem que, esta subordinação ou dependência³ do agricultor ao capital agroindustrial, pode ser considerada como variável, visto que continua sendo proprietário da terra e dos demais meios de produção, assegurando o domínio sobre o processo produtivo.[. . .] (KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012, p. 11)

Mesmo diante do contexto apresentado, ainda permaneceram elementos de continuidade do modo de vida colonial na agricultura familiar, evidenciadas nas formas de sociabilidade, nas relações de parentesco e na dinâmica do grupo familiar (ABRAMOVAY et al., 2007).

Na década de 1980 houve uma crise na oferta de crédito rural, fazendo com que a produção suína passasse por grandes perdas e fossem principalmente afetadas pela diminuição do preço dos produtos. Como saída imediata, os produtores rurais investiram na produção leiteira nas unidades familiares, já que as unidades já tinham posse de algumas cabeças de gado e o investimento portanto, não era tão alto. A expansão leiteira também contava com a utilização do território da propriedade não utilizado para a agricultura e a mão de obra ociosa da propriedade.

Assim, “a produção de leite se transformou e se consolidou como atividade estratégica para agricultura familiar e para o desenvolvimento local/regional” (MELLO; TESTA; SILVESTRO, 2009 apud KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012, p. 13). Nesse sentido, a incorporação de

³ Este debate se filia as posições políticas e ideológicas, especialmente, relacionadas com o desaparecimento do agricultor familiar

novos produtores no período ocorria sem restrições, visto que não havia um contrato formal entre laticínio e agricultor.

Segundo Konrad e Azevedo da Silva (2012, p. 13-14),

“A dinamização da economia leiteira tem sido conduzida por diferentes agentes como laticínios, cooperativas e Estado, os quais têm disseminado novas técnicas para o desenvolvimento da produção, visando aumentar a produtividade. A partir da década de 2000, merece destaque a importância do Estado e de suas instituições na modernização da cadeia produtiva do leite no país. A partir criação de normas mais rígidas, como da Instrução Normativa nº51, estas instituições estão introduzindo importantes transformações técnicas, sobretudo, na alteração do sistema de produção, melhoramento de pastagens, melhoramento genético do rebanho, e o uso da ordenhadeira mecânica. Junta-se a isso o apoio das políticas municipais de apoio a atividade leiteira, oferecendo serviços de inseminação e repasse de sementes de pastagens.

Para Testa *et al* (1996), a produção de leite é “uma atividade âncora” na unidade produtiva, isto porque compõe importante renda aos agricultores, além disso, tem grande alcance social. Ainda assim, vários autores (JANK e GALAN,1999; VILELLA, BRESSAN e CUNHA, 1999) fazem alusão ao fato de que as transformações não ocorreram uniformemente em todas as unidades produtivas, visto que os agricultores absorveram de diferentes formas as inovações. Estes autores afirmam que haveria basicamente dois caminhos ao produtor de leite: a modernização - especialização na produção leiteira - ou o abandono da atividade, já que os agricultores seriam excluídos, caso não cumprissem as novas exigências.

No entanto, os dados do último censo agropecuário informam que, em 2006, a atividade era desenvolvida por mais de 50 mil produtores, com grande importância econômica e social para população rural do Oeste Catarinense. Vale destacar que, 89% do leite produzido na mesorregião é oriunda da agricultura familiar e 57% do total dos estabelecimentos possuem até 20 cabeças de bovinos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).”(KONRAD; AZEVEDO DA SILVA, 2012, p. 13-14).

A produção modernizada e quantitativa resulta, atualmente, na extinção de uma ou mais atividades que antes era desenvolvida na propriedade familiar, em função dos altos custos de investimento na produção leiteira e no que Konrad e Azevedo da Silva (2012) trazem como aprimoramento de técnicas - pastagens. Embora a atividade leiteira ainda seja, na maioria das propriedades familiares, uma renda extra ou a renda base, esta produção não tem gerado muitos lucros, em função dos altos investimentos com estrutura física, mecanização, cuidado com os animais, qualidade do produto lácteo, alimentação dos animais e mão de obra.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE ARVOREDO–SC

O município de Arvoredo, localizado no Oeste Catarinense, tem como base econômica a Agricultura Familiar, embora esse modelo de agricultura, tanto no município quanto mundialmente, já tenha fortes influências do agronegócio, principalmente das agroindústrias através da integração dos produtores de suínos e aves, e as aplicações de agrotóxicos na produção de alimentos, é uma

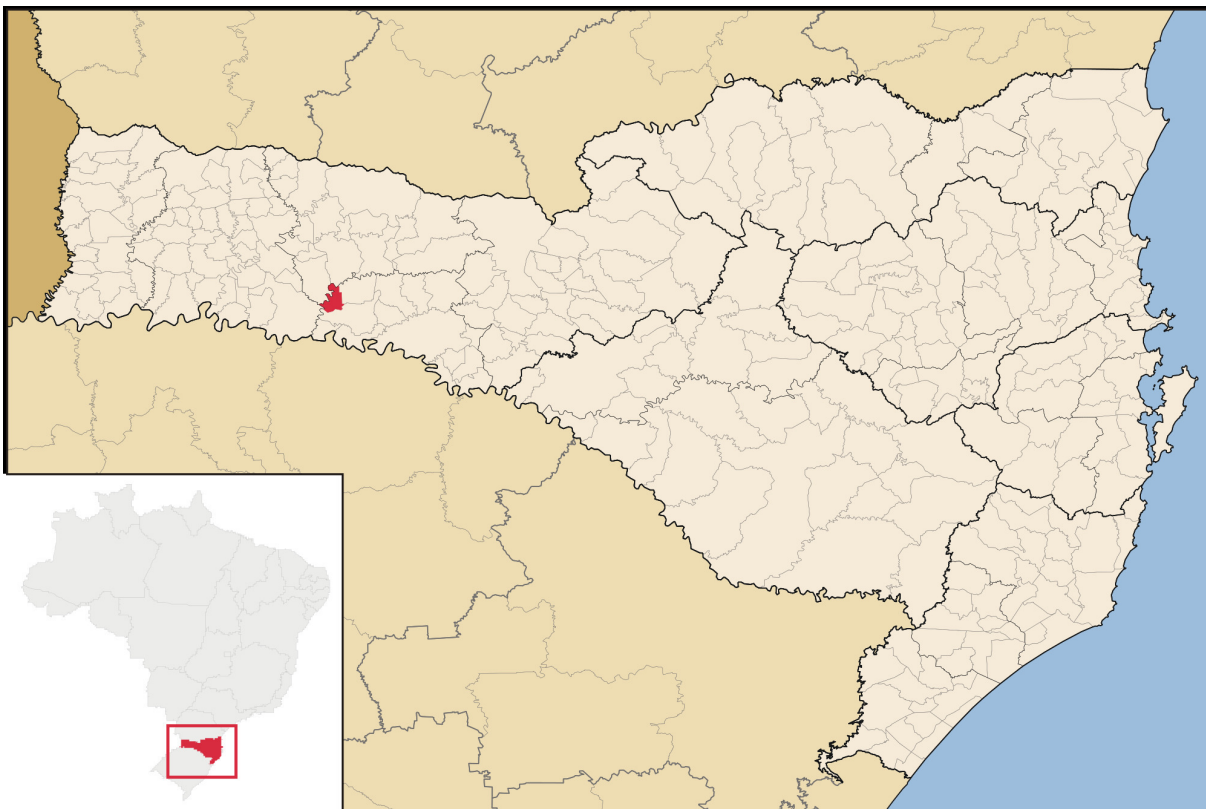
agricultura que ainda possui caráter de produção familiar e produz alimentos para o consumo destas famílias.

O município tem uma área territorial de 91,332 km², subdividida em 16 comunidades no interior, além do perímetro urbano. Destas, apenas o centro urbano e seis comunidades do município ainda mantêm núcleo organizado.

O início do povoado deu-se por volta dos anos 1940, quando os tropeiros faziam suas rotineiras paradas nas proximidades do Rio Irani, tropeiros estes que conduziam gado e transportavam mercadorias do Rio Grande do Sul para o Paraná. Com essas paradas, deu-se o início do povoado que foi batizado de “Arvoredo” em função da abundância de árvores. Arvoredo foi formado por cidadãos gaúchos e de origem italiana. Em 1960 Arvoredo passou a ser distrito do município de Seara-SC, sendo este, seu município mãe, onde conquistou sua emancipação em 09 de janeiro de 1992, através da Lei Municipal Nº 8.524.

O Município localiza-se na região Sul do Brasil, microrregião Oeste de Santa Catarina (observe a Figura 4), fazendo parte, a partir de 2015, da microrregião da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC).

Figura 4 – Localização do município de Arvoredo, no Estado de Santa Catarina.



Fonte IBGE, 2015.

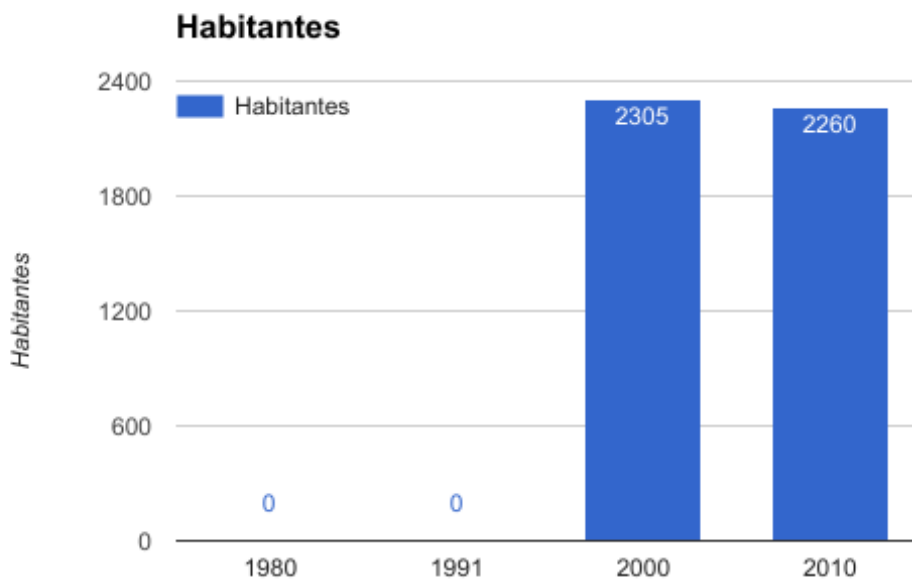
Atualmente o município de Arvoredo é constituído por um total de 2 301 habitantes, sendo que na área urbana residem 411 habitantes e na área rural 1 890 habitantes dados estes obtidos pelo último censo no ano 2010 e de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) de 2014 a população total é de 2 276 habitantes. A população de Arvoredo é na sua maioria, descendente de italianos, a religião predominante é a católica, tendo também outras Igrejas como: Igreja Luterana, Assembleia de Deus, Só o Senhor é Deus e Cadeia da Prece, além de outras descendências: alemã, polonesa, portuguesa, indígena e brasileira, como são chamados os caboclos da região.

No município de Arvoredo predominam o cultivo de grãos, bovinocultura e avicultura. Os principais produtos agrícolas cultivados no município, de acordo com o valor bruto da produção, obedecem a seguinte classificação: milho, soja, feijão e fumo. Os principais rebanhos agropecuários de Arvoredo são: avicultura, suinocultura e bovinocultura (leite e corte).

A população de Arvoredo apresentou no ano de 2010, redução de 1,95% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o IBGE, em 2010 a população do município alcançou 2 260 habitantes, o equivalente a 0,04% da população do Estado. O gráfico representado na Figura 5, demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

Figura 5 – Censos demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010

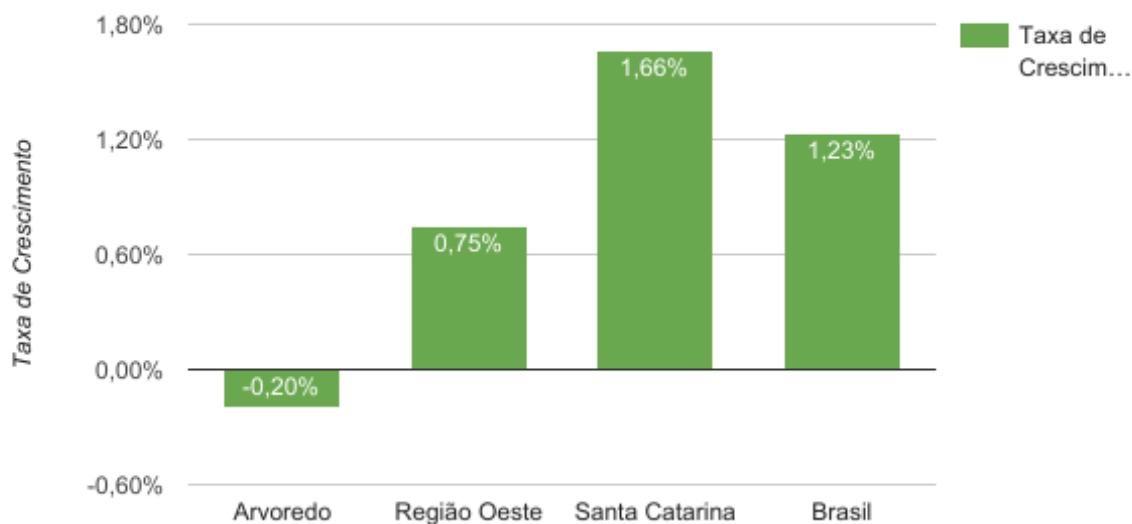


Fonte INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Arvoredo apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de -0,20% ao ano, ou seja, uma diminuição de 45 habitantes, conforme gráfico na Figura 6.

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontou que, no município, os homens representavam 54,38% da população

Figura 6 – Comparativo Populacional com Base em Dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010



Fonte INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

e as mulheres, 45,62%. A Tabela 1 e o gráfico na Figura 7 apresentam a evolução dos dados populacionais do município, segundo gênero e localização do domicílio.

Tabela 1 – Censos Demográficos de 1980 - 2010

Ano	Gênero		Localidade	
	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	-	-	-	-
1991	-	-	-	-
2000	1 219	1 086	411	1 894
2010	1 229	1 031	501	1 759

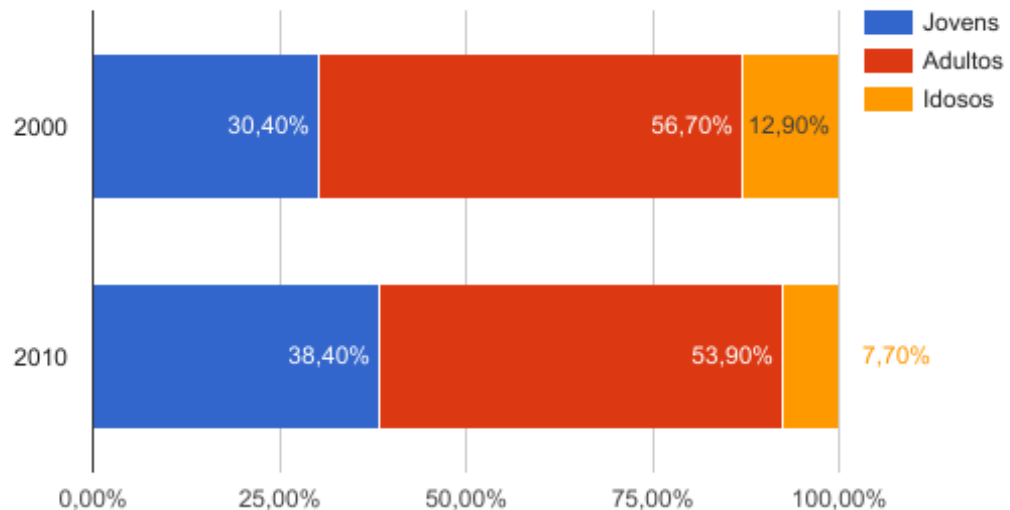
Fonte INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos⁴; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 30,4% da população, os adultos 56,7% e os idosos 12,9%. Segundo estes dados, em 2010 havia no município de Arvoredo cerca de 700 habitantes que tinham de zero a 19 anos de idade.

⁴ Mesmo a população jovem do município ser reconhecida de 15 à 19 anos, as políticas públicas são destinadas aos jovens de idade de até 29 anos.

O gráfico na Figura 7 apresenta a evolução das três faixas etárias, sendo que a maior variação é atribuída aos jovens, entre os anos de 2000 e 2010.

Figura 7 – Gráfico da Faixa Etária de 2000 e 2010



Fonte INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

Ao detalhar as faixas etárias, é possível verificar, através do gráfico na Figura 8, a evolução da distribuição relativa entre os anos de 2000 e 2010.

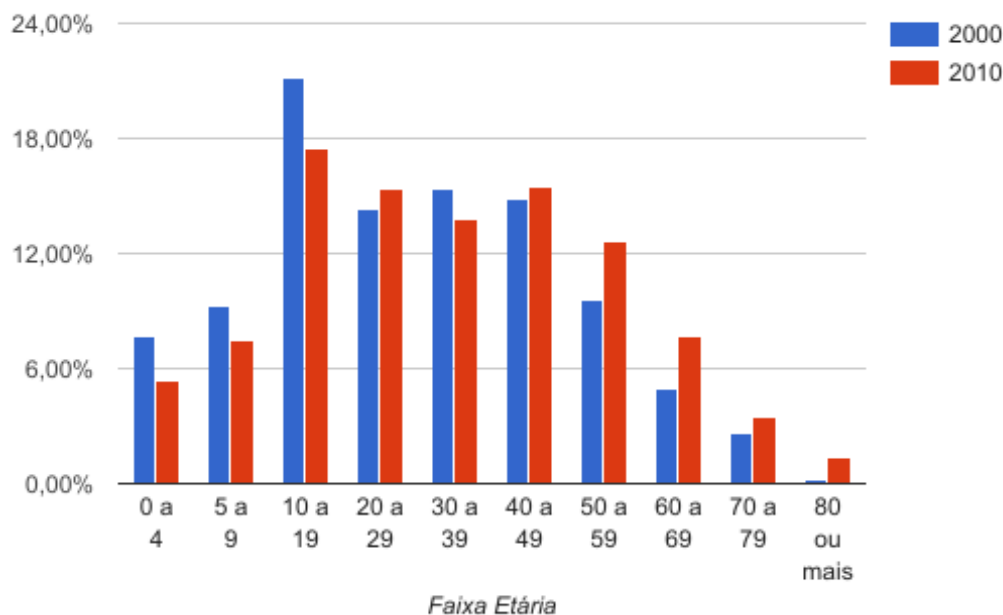
Ainda relacionado à faixa etária da população, compete mencionar a questão da População Economicamente Ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

Nesse município é importante destacar a comunidade de Linha⁵Lomba Grande. A qual teve sua escolha motivada pela economia variada desta localidade, por desfrutar de uma diversificada produção na exploração da terra, seja pela produção leiteira, seja pela produção de grãos, pecuária, avicultura ou suinocultura, o significativo número de jovens que ainda residem e trabalham na terra, a aproximação pelo ambiente de estudo e o apego à comunidade.

A comunidade de Linha Lomba Grande tem mais de 70 anos, segundo alguns moradores que vivem ali desde que nasceram. Atualmente, a comunidade conta com 109 famílias sócias na comunidade católica, sendo essa, a única religião presente na comunidade (embora tenha-se muitas religiões distintas nas comunidades que não estruturaram-se próximas a Lomba Grande, a

⁵ Segundo os moradores mais antigos da comunidade, Linha significa “Comunidade” e suas subdivisões, como serão abordadas na sequência deste texto.

Figura 8 – Gráfico da Progressão Etária com Base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010



Fonte INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

religião católica permanece unânime dentro da divisão territorial da comunidade em questão). Algumas destas mais de 100 famílias, já não residem no campo, mas permanecem atuantes na comunidade, tendo o campo como “modo de vida”, como cita Brumer (2014). A religião católica representa o que é o projeto de viver em comunidade, pois é em torno da religião que a comunidade se mantém com as raízes fixas nesta localidade. E junto com a história desta comunidade, podemos estudar a resistência dos jovens às cidades, o qual abordaremos no Capítulo 4.

O nome da comunidade é dado no sentido do centro da comunidade (espaço físico onde localiza-se a igreja, ginásio de esportes e afins) estar localizado no topo de uma grande “lombada” e portanto chamado de “Lomba Grande” (Figura 9) e como a comunidade adotou as comunidades marginais que não evoluíram, a “grande comunidade” possui várias sublinhas, as quais são nominadas para facilitar a divisão da comunidade na organização do trabalho em torno das festividades.

A grande comunidade de Lomba Grande, possui um aglomerado de pequenas sublinhas, Linha Gandolfi, Linha Pozzer e Linha Cavigliion são homenagem aos primeiros moradores da comunidade e são nomeadas conforme a moradia destes pioneiros. Linha Rizzi, segue a mesma homenagem, porém é uma das comunidades marginais e que não desenvolveu-se. Linha Duque de Caxias, Linha Jardim e Linha Lajeado Póca são comunidades adotadas por Linha Lomba Grande e que hoje, unidas, formam a maior comunidade rural do município de Arvoredo-SC.

Figura 9 – Imagem de satélite do centro da comunidade de Linha Lomba Grande, interior do município de Arvoredo-SC.



Fonte Google Maps. Acessada em 22 de julho de 2015.

Nota Disponível em : <https://www.google.com.br/maps-27.0651408,-52.4138581,585mdata!3m1!1e3?hl/=pt-BR>

Os moradores contam como foi difícil a vida nos primeiros anos da comunidade, quando esta ainda pertencia à Seara-SC e Arvoredo-SC era apenas um distrito e recém haviam vindo do Rio Grande do Sul. Casas eram feitas de madeiras e seus cobertos feitos de tábuas, não haviam estradas e carreiros (estradas) eram feitos com picaretas⁶ para facilitar o acesso à cidade e a

⁶ Instrumento que consiste em uma peça de ferro com duas pontas aguçadas, que se prende a um cabo geralmente

locomoção das carroças para comercializar a produção.

A comunidade de Linha Lomba Grande conta com diversas organizações, Clube de Mães “Amantes da Natureza”, Grupo de Idosos “Unidos Venceremos”, Grupo de Jovens “Padre Lídio Martinelli”, Clube Esportivo “Esporte Clube Recreativo de Lomba Grande”, Conselho Comunitário, Equipe de Liturgia, Grupo de Catequese, Grupo de Cavaleiros e é uma das três comunidades rurais de Arvoredo que ainda possuem Escolas Municipais em funcionamento até 2015, sendo a Escola Municipal de Lomba Grande (Figura 10), responsável pela educação infantil e séries iniciais (1º e 2º ano). Foi fechada por falta de estudantes na comunidade e entornos.

Figura 10 – Escola Municipal de Lomba Grande.



Fonte Arquivo pessoal.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Arvoredo, em 2015 a Escola atendeu um total de 14 crianças, 06 alunos na pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), 2 crianças no 1º ano (6 anos) e 6 crianças no 2º ano (7 anos de idade), esse contingente contava com o suporte pedagógico de 4 profissionais diretamente na escola, sendo duas pedagogas, uma professora de artes e um professor de educação física. Além de contar com os trabalhos de uma funcionária responsável pela alimentação e limpeza do espaço escolar.

É importante destacar que, o município de Arvoredo-SC é o primeiro município da região Oeste Catarinense a adquirir 100% da merenda escolar através da agricultura familiar (ARVOREDO. . . , 2015) e, portanto necessita-se destacar que a produção de alimentos ainda está associada a produção que segue os modelos patronais da agricultura, isto é, a produção de

de madeira e serve para escavar a terra, arrancar pedras, etc.; também é conhecido como picão, dependendo da região referente.

alimentos a partir da utilização de agrotóxicos. Neste município, acrescento que, a produção de alimentos livre de transgênicos ainda não é uma realidade de muitas famílias, embora nenhuma propriedade possua o registro de propriedade livre de agrotóxicos.

3 O QUE É JUVENTUDE?

No presente capítulo abordaremos questões relacionadas a juventude, principalmente abrangendo problemáticas relacionadas à juventude rural no oeste catarinense.

Segundo Ferreira (2010), autor do dicionário Aurélio, juventude é o tempo da mocidade e complementa dizendo que “juventude é o período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo”.

A partir da hipótese que juventude é definida a partir do momento que atinge uma idade (15 anos, segundo o IBGE (2015) e se encerra quando completa outra (24 anos), abordaremos alguns autores que discutem “juventude rural” no âmbito sociológico e, portanto como são definidos jovens a partir dessa discussão.

O IBGE (2015),

Apresenta dois estudos sobre a evolução sócio-demográfica da população de 15 a 24 anos de idade no Brasil, tendo em vista a importância social, política e cultural desse segmento no conjunto da sociedade.

O primeiro, baseado na análise dos resultados dos Censos Demográficos a partir de 1940 e da Contagem da População 1996, trata da evolução da população jovem e suas características diferenciais, como composição urbana e rural, sexo e cor. O segundo discute a questão da mulher, nessa mesma faixa etária, com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1992 a 1995. Aborda questões relativas à situação educacional, trabalho, fecundidade e nupcialidade, alertando para a necessidade de implementação de políticas governamentais, comunitárias ou empresariais que contribuam para sua inserção no mercado de trabalho, em condições mais adequadas. (IBGE, 2015).

Renk e Dorigon (2014) acrescentam que “Do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, com base na *Política Nacional de Juventude*, o Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões tem entre 15 e 24 anos”(RENK; DORIGON, 2014, p. 17).

Bianchi (2015) em sua pesquisa sobre juventude e meios de comunicação, destaca a definição de juventude trazida por Castro et al. (2010 apud BIANCHI, 2015), em pesquisas realizadas na década de mil novecentos e sessenta, onde:

O corte etário de 15-24 anos, adotado por organismos internacionais como OMS e UNESCO procurava homogeneizar o conceito de *juventude* a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites máximos de término da escolarização formal básica (básico e médio). O recorte de *juventude* a partir de uma faixa etária específica é pautado pela definição de *juventude* como período de transição entre a *adolescência* e o *mundo adulto*. (CASTRO et al, 2010 p. 58) (BIANCHI, 2015, p. 13)

Para Brumer (2007), existem muitas dificuldades para delimitar o início e o fim do período chamado “juventude” se analisarmos aspectos como culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos. Conforme Bourdieu (1983 apud BRUMER, 2007), “a fronteira entre juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades”(BOURDIEU, 1983 apud BRUMER, 2007, p. 35).

Nesse sentido Stropasolas (2014) aponta que:

O reconhecimento da diversidade da juventude brasileira foi fundamental para os avanços das políticas públicas voltadas para o segmento nos últimos anos. Sob essa nova perspectiva, a juventude rural conquistou o seu espaço na agenda do Governo Federal, mobilizando agentes públicos e sociedade civil na construção de uma política específica, capaz de atender às necessidades e expectativas dessa parcela da população, representada por oito milhões de brasileiros e brasileiras com idade entre 15 e 29 anos. (STROPASOLAS, 2014, p. 15).

Levi e Schmitt (1996 apud RENK; DORIGON, 2014) afirmam que:

[. . .] em nenhum lugar, em nenhum momento da história, a juventude poderia ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares, ela é investida também de outros símbolos e de outros valores. (LEVI; SCHMITT, 1996 apud RENK; DORIGON, 2014, p. 14)

Por fim, Renk e Dorigon (2014) completam dizendo que “É jovem quem se considera e quem é considerado jovem” (RENK; DORIGON, 2014, p. 18), e é neste sentido que desenvolvemos esta pesquisa.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NOS ANOS 2000 E SUAS PERSPECTIVAS

Segundo Stropasolas (2014), o governo federal tem desenvolvido vários programas que dão possibilidade da permanência da juventude rural no campo, principalmente na agricultura familiar, esses programas também podem ser chamados de “Políticas Públicas”, as quais desempenham papéis importantes na sustentabilidade da agricultura familiar, que temos aqui como foco principal.

Para o autor, programas como o Plano Brasil Agroecológico (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são alguns dos exemplos de políticas públicas integradas, que busca o amparo do agricultor familiar em todos os aspectos da produção. Busca-se, ao mesmo tempo, garantir uma estrutura de financiamento e apoio para a qualidade dos alimentos produzidos pelas famílias, bem como garantir uma cadeia virtuosa para o consumo desses produtos pelos aparelhos públicos do Estado e por todas as famílias residentes nos centros urbanos.

A juventude rural, no entanto, busca cada vez mais a inserção de Políticas públicas direcionadas aos jovens e tem discutido com o Governo Federal para que condições dignas de permanência sejam concedidas aos jovens que resistem nos campos e nas florestas. Atualmente, cerca de oito milhões de brasileiros que encontram-se no meio rural, estão na faixa de 15 a 29 anos, segundo Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014), sendo este grupo, o maior grupo etário, representando 27% da população rural.

A região sudoeste do Brasil, é a região com maior índice de êxodo rural de jovem, seguida pela região sul e nordeste, “Entre 2000 e 2010, dois milhões de pessoas deixaram o meio rural aproximadamente, e, dessas, cerca de um milhão são jovens rurais” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014). Para os autores, os jovens migram para a cidade, não

apenas em busca de trabalho e educação, mas, também, porque consideram o meio rural pouco atraente em relação a outros contextos. Para tanto, o desafio é tornar o meio rural mais atrativo, possibilitando, portanto, o interesse e a permanência de jovens no campo.

[. . .] Há uma parcela da juventude que mesmo nesse contexto adverso quer ficar no campo. Mas sob qual condição? Além de um contexto atrativo no meio rural para se viver, há necessidade de terra. Assim, temos que pensar os dispositivos da reforma agrária e da distribuição da terra no Brasil. O contexto adverso para a juventude rural está também nos dados do Brasil sem Miséria. Dos 16 milhões de habitantes da população que vivem em condição considerada de extrema pobreza (2010), cerca de quatro milhões estão no meio rural. Além disso, o debate sobre as políticas públicas para a juventude rural nos espaços governamentais, movimentos sociais e em pesquisas tem apontado outras questões.

Por exemplo, em termos de formulação de política pública, é preciso perguntar se todas as pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 anos se reconhecem enquanto juventude rural. Eles todos acessariam uma política pública destinada à juventude rural? Como ficaria a unificação de grupos sociais diferenciados, que inclui agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras categorias? Como se trabalha com essa diversidade? Não teria um risco em unificar o que, talvez, não seja unificável? Essa é a proposta que está no Estatuto da Juventude, que está em votação no Congresso, está no Senado agora, na CCJ. Como enfrentar o desafio de pensar política para e com a juventude? Para a juventude rural é um desafio se empoderar, fazer parte desse processo. As políticas públicas específicas para a juventude rural, como Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem, também apresentam limites. Não estão atendendo às demandas e ao anseio da juventude rural. Assim, um dos desafios para o governo é pensar quais políticas públicas são demandadas pela juventude rural. Hoje as políticas públicas são pensadas para a terra, e crédito para a produção, mas não se pensa a infraestrutura no meio rural. Qual a infraestrutura apropriada para a juventude rural no meio rural hoje? Precisa de estrada? Precisa. Porque muitos jovens rurais relatam as dificuldades das estradas que precisam enfrentar para comercializar a produção. Outros relatam sobre a fragilidade da infraestrutura quanto ao armazenamento e ao próprio transporte. Ou seja, situações em que os jovens têm acesso ao crédito, muitas vezes, não têm as condições para o projeto produtivo devido a problemas de infraestrutura ainda graves no meio rural. Então, as políticas públicas específicas da juventude rural não são suficientes, mas há necessidade de políticas gerais para o meio rural. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p. 54).

Ainda para estes autores, é necessário romper o preconceito. Para eles, o jovem deve estar integrado no sistema econômico da propriedade rural, e assim, com esta inserção, os jovens devem estar incluídos nas políticas públicas. Os autores destacam ainda que, muitas vezes, os próprios funcionários dos bancos não possuem conhecimento quando se fala de políticas públicas para a juventude, Pronaf Jovem¹ é um exemplo clássico desse problema.

Stropasolas (2014) reconhece que no início dos anos 2000, afirmar que a saída dos jovens do campo estaria diretamente ligada à situação econômica, era extremamente inaceitável para a sociedade. Atualmente, se faz necessário pensar as políticas públicas para a juventude de forma

¹ Pronaf Jovem é voltado para pessoas físicas com idade entre 16 e 29 anos, onde busca dar a estes jovens acesso ao crédito rural à integrantes de propriedades familiares que se enquadram na MCR 10-2, que precisa estar com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, além de estar livre de dívidas e com o CPF regularizado. Para maiores informações: <http://juventude.gov.br/juventude/programas/pronaf-jovem-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar#.WKkSrHUrKV4>

que venham a abranger diversos aspectos favoráveis à permanência dos jovens no campo, pois ser jovem também significa gozar de direitos plenos.

É importante destacar, segundo Stropasolas (2014), que:

É preciso pensar a juventude na maior diversidade possível, incorporando a totalidade da sua vida social, que inclui questões de gênero, geração, raça, etnia. Os jovens querem o melhor desses dois mundos, o campo e a cidade, o rural e o urbano. Querem ser plenamente humanos nas suas mais diversas dimensões. Significa não olhar o e a jovem do ponto de vista do produtivismo, como foi bem ponderado por uma liderança aqui. É importante o econômico? Sim, as questões produtivas, as questões tecnológicas e, sobretudo, um outro modelo tecnológico para a agricultura, desde que inserido numa perspectiva multidimensional e sustentável de desenvolvimento rural. (STROPASOLAS, 2014, p. 56).

Stropasolas (2014) salienta que, mesmo com um sistema de produção voltado para a agroecologia, é necessário tomar cuidado para não cair na lógica do aumento da produção, “[. . .] porque estamos em um mercado que é capitalista, em que as coisas se definem nessas grandes engrenagens desse sistema [. . .]” (STROPASOLAS, 2014, p. 56) não mais prezar a qualidade e sim a quantidade, como já ocorre nos modelos convencionais de produção agrícola.

Quando tratamos da permanência dos jovens no campo, é importante destacar que há poucos interessados e interessadas em suceder a propriedade rural. No entanto, é necessário observar que, segundo Abramovay et al. (2007), os prováveis sucessores possuem um déficit educacional, isto é, a sucessão dos estabelecimentos agrícolas é ligada a ausência de estudos, já que quem cultiva a terra é assemelhado aos “Jecas²”, ou seja, pessoas que não estudaram e não almejam crescimento. Essa ausência, como destacam os autores “[. . .] compromete o próprio exercício de cidadania, uma vez que eles não conseguem sequer ter acesso aos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a obtenção da condição de agricultor através do ‘bloco do produtor’.” (ABRAMOVAY et al., 2007, p. 9).

Para os rapazes, o desejo de permanecer na agricultura é mais forte, mesmo nas propriedades com rendimento econômico precário, mas no caso das moças, há uma visão bastante negativa com relação à permanência na agricultura.

A população que vive atualmente no espaço rural no oeste Catarinense (inclui-se aqui as pequenas aglomerações urbanas) é suficiente para que políticas públicas sejam ativas para despertar o interesse dos jovens quando se trata da valorização da agricultura. Para os autores, há duas ações mais importantes com relação ao acesso à políticas públicas para os jovens rurais:

Entre estas ações, duas são das mais importantes: a que procura destinar as terras cujos sucessores já saíram do meio rural aos jovens agricultores desprovidos de terra e a que cria um programa de educação formal e de capacitação profissional para os jovens que serão os prováveis sucessores das atuais unidades produtivas. (ABRAMOVAY et al., 2007, p. 9-10).

² Um bom exemplo é o personagem Jeca Tatu, da obra de Monteiro Lobato (1918). Na obra *Urupês*, Jeca Tatu era um caboclo muito pobre que vivia no meio do mato em companhia da mulher magra e feia, além de seus filhos pálidos e tristes

Abramovay et al. (1998) caracteriza os agricultores familiares de três formas: a) consolidados, isto é, agricultores cuja atividade desenvolvida no estabelecimento rural permite não somente a reprodução da família mas também algum nível de acumulação e investimento; b) em transição, que são as propriedades rurais, cujos produtores vivem mas não conseguem realizar investimentos e, portanto encontram-se as margens do declínio; c) em exclusão, aqueles cuja renda não é suficiente para que vivam apenas das atividades rurais desempenhadas em seus estabelecimentos agrícolas e que, portanto, buscam remuneração em atividades rurais em outros estabelecimentos ou exercem a pluriatividade, ou seja, consiste na realização de algum trabalho urbano, geralmente nas agroindústrias.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO JOVEM DAS ATIVIDADES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

A saída dos jovens do campo, conforme pesquisa realizada por Abramovay e Camarano (1998) no oeste catarinense resulta na masculinização do campo, isto é, está cada vez menos frequente a permanência de jovens mulheres como sucessoras da propriedade de agricultura familiar, sendo o filho homem o sucessor “natural”. Com isso outro agravante são os casamentos, que quase não ocorrem nesses espaços. As moças se casam com camponeses quando não há o interesse em deixar a agricultura e não serão sucessoras da propriedade dos pais, já que a permanência na agricultura é sinônimo da falta de estudo e, portanto de oportunidades. No entanto, as moças da cidade acreditam ser um retrocesso histórico à volta para o campo, já que conquistaram a liberdade financeira e várias opções de lazer, como por exemplo, festas em maiores quantidades, restaurantes, sorveterias, entre outros, que são atrativos que o campo não possibilita se comparado aos centros urbanos. Outro fator é a hierarquia que existe na relação urbano/rural, sendo o rural visto como atrasado.

Outro fator importante trazido por Abramovay et al. (1998) é o envelhecimento do campo, onde é compreendido pela escassez de jovens nas propriedades rurais. Os jovens são quem permanecem no campo com os pais e, os pais permanecem por falta de adaptabilidade – na maioria dos casos – aos centros urbanos e, caso os pais deixem o campo, migrarão para um centro urbano menor, que conta com a presença de um filho(a) já instalado. A propriedade, na maioria dos casos, será vendida para um vizinho para reflorestamento (eucaliptos), aumento de envernadas (engorda de animais) ou ainda, para aumentar a produção de leite e grãos.

O agrônomo Silvestro (1995) complementa dizendo que antigamente quem sucedia a propriedade dos pais era o filho mais novo em função do filho mais velho casar-se e se instalar na agricultura e assim sucessivamente. Para Silvestro (1995), o filho mais novo, naquela época era visto como a “bengala dos pais” pois seria ele quem sucederia a propriedade e tomaria conta dos pais na velhice. O filho mais novo, ainda tende a suceder a propriedade familiar em função de que, caso os pais optarem por destinar a sucessão da propriedade para o filho mais velho, tende-se a sustentá-lo por mais tempo, o que não ocorre quando se estimula-o a deixar a propriedade rural.

Stropasolas (2014) em seu estudo, também no oeste catarinense, afirma que as jovens só serão sucessoras da propriedade familiar “por exceção, ou porque são filha única, celibatárias ou partilham da sucessão com o irmão que permanece no estabelecimento” (STROPASOLAS, 2014, p. 150). As filhas vêm a sucessão da propriedade para o filho homem como natural e caso haja o interesse da jovem em permanecer no campo, se casará com o filho sucessor de outra propriedade para que o seu desejo seja concretizado e somente assim será reconhecida como “agricultora”.

Stropasolas (2014) e Abramovay et al. (1998), apontam a masculinização do campo como uma das principais consequências do êxodo jovem, ou seja, que além de poucos jovens permanecerem nas atividades rurais, a sua maioria são homens e praticamente na sua totalidade solteiros, o que condiz que cada vez menos se tem interesse pela pequena propriedade e pelo campesinato.

Pesquisas realizadas por Abramovay e Camarano (1998), Abramovay et al. (1998), Brumer (2014), Paulilo e Schmidt (2003) e Stropasolas (2014), apontam que jovens são estimulados o tempo todo a deixar o campo em busca de novas alternativas nos centros urbanos. Sendo esses estímulos, a prática do lazer, orgulhar-se de um salário fixo, horários pré-determinados livres, independência financeira, entre outros fatores.

Quem mais adere a estes estímulos são as filhas, pois além do sistema patriarcal, ou seja, a presença do pai como detentor do poder, ainda estar muito presente na agricultura familiar e camponesa e as filhas estarem submetidas à autorização do pai para a prática de lazer, além de não compartilhar, na maioria das vezes, os lucros da produção da propriedade, portanto, dependente financeiramente, são incentivadas o tempo todo a deixar o campo pela mídia, e os pais ainda incentivam mais as jovens a estudarem do que os jovens, para que busquem novas alternativas nas cidades. A sucessão da propriedade rural também contribui para a expulsão da mulher do campo, pois é tido como natural a sucessão para o filho homem que é visto como mais preparado, sendo que a filha desliga-se mais cedo da propriedade migrando para a cidade.

Em pesquisa realizada no município de Saudades-SC, Stropasolas (2014) observou que as jovens apenas partilham das decisões da propriedade caso contribuam na produção de renda da família. Nesse estudo, o autor concluiu que conforme a intensidade da participação das jovens nas atividades produtivas da propriedade resulta na participação da tomada de decisões da instituição.

Já Paulilo e Schmidt (2003) afirma que foi graças à luta feminista dos movimentos do campo durante décadas, que as mulheres conquistaram direitos, como por exemplo, serem reconhecidas como “produtoras rurais” e não “do lar”:

Na década de 70, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo. (PAULILO; SCHMIDT, 2003, p. 2).

Com as atividades remuneradas, exercidas pelas mulheres do campo, veio também a dupla jornada, pois são poucos os casos em que o homem contribui nas atividades domésticas e com os filhos. Mas caso a mulher não trabalhe de forma remunerada fora da propriedade, é pouco

consultada pelo cônjuge sobre as decisões da família, embora na maioria dos casos é ela quem dedica mais tempo que o homem ao trabalho agrícola. Brumer (2014, p. 122-123), complementa dizendo que com a divisão do trabalho, a mulher quando contribui nas tarefas produtivas, essas tarefas são reconhecidas como “ajuda”, da mesma forma quando o homem contribui com as atividades domésticas.

Nesse sentido, Paulilo (1987) aborda a questão da exploração das crianças e das mulheres nas atividades agrícolas, onde ocorre o chamado “trabalho leve”, não por exigir pouca força física, mas por caracterizar as atividades desenvolvidas pelas mulheres e pelas crianças, também reconhecidos como trabalhos menos valorizados, embora esses trabalhos sejam essenciais para a produção. O homem, no uso de sua força física, desenvolve os trabalhos mais pesados da propriedade, pesados por serem desenvolvidos pelos homens, porém, estes trabalhos sempre vem acompanhado com a ajuda da mulher para a sua concretização.

Outro aspecto que contribui para a permanência no campo é a mecanização da agricultura, mas vale observar que poucas propriedades rurais têm estrutura para sua mecanização seja ela pela renda produzida ou pelo seu terreno acidentado. Em muitos casos, a mecanização representa a necessidade de menos mão de obra, o que resulta na não necessidade em permanecer na propriedade para auxiliar os trabalhos do campo.

Tendo em vista que a sucessão da propriedade rural é dada de forma geracional, portanto é necessário que haja o interesse dos jovens em permanecer na propriedade e a continuidade da agricultura familiar depende exclusivamente desse interesse, além de reproduzir as atividades dos pais, segundo Brumer (2014, p. 115).

Paulilo e Schmidt (2003), destaca a diminuição considerável da taxa de natalidade no Brasil, enquanto na década de 1970-1975, a média era de 4,7 filhos por mulher no meio rural, nos anos 1990-1995, passou a ser de 2,7 filhos por mulher. Este é um fator agravante no número de jovens que permanecem na agricultura familiar, e o que contribui também para a valorização da mulher na agricultura.

4 MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA OU RETORNO DOS JOVENS NO CAMPO: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO-SC

O grupo de Jovens de Lomba Grande, como era chamado, foi fundado em 1968, mas destituiu-se em 1977 por falta de interesse dos jovens da comunidade nas funções representativas do grupo, restituindo-se em 1983, onde o grupo foi reerguido e ajudou a comunidade a organizar e adquirir sua estrutura física¹.

Em 1968 os jovens da comunidade, juntamente com o padre Francisco, criaram o grupo em uma reunião onde foi escolhido a primeira liderança representante do grupo que, mais tarde trouxe o nome de Padre Lídio Martinelli em homenagem ao Padre Pároco da Paróquia de Seara-SC, à qual Arvoredo pertence, falecido em trágico acidente em 1992.

Atualmente o Grupo de Jovens Padre Lídio Martinelli conta com mais de 100 jovens participantes e atuantes na comunidade, destes apenas 67 jovens ainda residem e trabalham na comunidade de Lomba Grande, os 42 restantes deixaram o campo por alguma das razões abordadas por Stropasolas (2014) e Broch (2014), que são sair em busca de alternativas de renda, seja ela independência financeira ou inviabilidade financeira da propriedade para sustentar outro membro, estudo, lazer ou porque as famílias mudaram-se para a cidade. O que acontece com mais frequência na realidade estudada é a saída do campo para estudar e acompanhar a família que vendeu a propriedade e vai trabalhar nas agroindústrias da região.

Destes jovens – tanto os que ainda residem na comunidade como os que não residem – nem todos são jovens para as políticas públicas, ou seja, não encontram-se na faixa etária de 15 a 29 anos (observe o gráfico na Figura 11), mas vêm o grupo de jovens como meio de lazer e convivência.

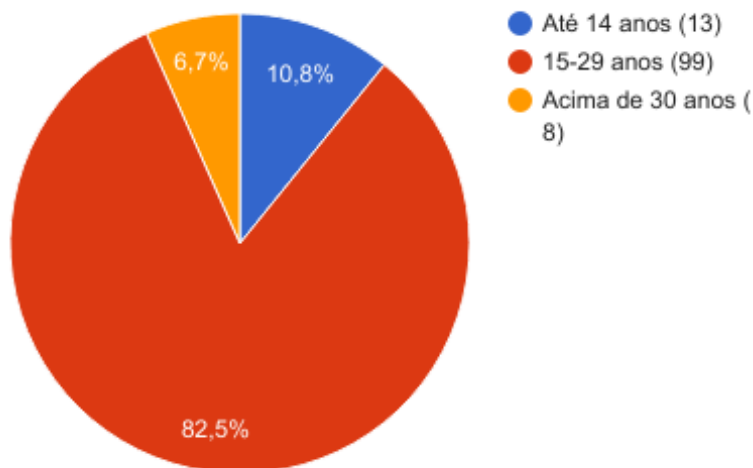
Nesta realidade, alguns dos “jovens” que pertencem e participam do grupo de jovens local estão fora da idade de inclusão das políticas públicas para a juventude, mas esse fator não representa a existência de matrimônio entre todos os jovens nesta categoria de idade, estes são considerados os “solteirões” pelos moradores da comunidade e região, sendo homens, a grande maioria nessas condições.

Atualmente o Grupo de Jovens Padre Lídio Martinelli realiza anualmente o “Baile do Fusca” tradicionalmente realizado no primeiro sábado de setembro de cada ano, onde conta com a colaboração de membros da comunidade em geral para a realização dos preparativos do evento, bem como a estrutura física do centro comunitário da comunidade em questão. O baile é realizado a partir da troca de visitas entre os grupos de jovens da região e pessoas em geral.

A comunidade de Lomba Grande, Arvoredo-SC realiza anualmente 5 eventos promocionais a fim de garantir lucros para a comunidade, dois destes eventos são específico da comunidade em geral, que trata-se da Romaria em honra à São Pelegrino, sempre realizada no segundo domingo de fevereiro de cada ano, em 2017 esta romaria já está na 40ª edição, reunindo fieis e romeiros de diversas localidades, como pode-se observar na Imagem 13. O segundo evento da

¹ Com base em documentos do grupo

Figura 11 – Número de participantes do Grupo de Jovens separados por faixas etárias.



Fonte Elaborado pela autora

comunidade é realizado no segundo domingo de junho de cada ano, sendo esta em homenagem ao Padroeiro Santo Antônio, a qual realiza-se desde os primórdios da comunidade de Lomba Grande em 1943. O terceiro evento promocional é realizado pelo Clube de Mães “Amantes da Natureza”, onde realiza-se o Jantar Dançante com Risoto no Tacho, realizado no primeiro sábado de agosto de cada ano; o quarto evento trata-se do Baile do Fusca, já mencionado e, por último, é realizado a festa dos idosos “Unidos Venceremos” no terceiro domingo de novembro. Todos os eventos contam com a colaboração dos jovens para a realização e portanto, retribuí-se a colaboração no evento realizado pelo grupo.

Além dos eventos já mencionados, o Esporte Clube Recreativo de Lomba Grande realiza vários almoços e jantares esportivos durante o ano, onde além de participar na organização do evento, os jovens têm a oportunidade de encontrar-se com amigos e divertirem-se. Nesse sentido, podemos observar os dados coletados para a realização desta pesquisa, com relação ao lazer dos jovens participantes do grupo, em que todos os casos o esporte é citado como principal atividade de lazer tanto pelas moças (Figura 14), quanto pelos rapazes. Outros atrativos citados pelos entrevistados são os bailes das comunidades e municípios vizinhos, despedidas de solteiros²(Figura 15), atividades realizadas pela Pastoral da Juventude (PJ), viagens realizadas através do grupo de jovens para o litoral catarinense (Figura 16) e outros.

² Despedida de solteiro é o momento em que o grupo autoriza o(s) jovem(s) a deixar o grupo se assim o convém. Na maioria das vezes, os recém casados continuam participando do grupo de jovens em momentos oportunos, principalmente se estes residem na comunidade ou em locais próximos a ela.

Figura 12 – Imagem de Divulgação do Evento Realizado em Setembro de 2016.

Tradicional
Bailão do Fuscão
do Grupo de Jovens de Lomba Grande - Arvoredo

SÁBADO
03
SETEMBRO

Portal do SUL

Junior & Patrick

Lomba Grande - Arvoredo/SC

Na compra do seu Ingresso você estará concorrendo a um Fuscão! Ingressos Antecipados:

Arvoredo
Restaurante Wilson Nardi

Xavantina
Padaria Danelle

Seara
Rádio Belos Montes | Muvuca Lanches

Com todos os Grupos de Jovens da Região!

Fonte Imagem Divulgação

Ainda sobre a pesquisa realizada, foram entrevistados 18 jovens, sendo cinco moças e treze rapazes, participantes do grupo de Jovens Padre Lídio Martinelli em idades compatíveis as políticas públicas para a juventude (15 a 29 anos), classificados em três categorias: jovens sucessores; técnicos e graduados que retornaram a propriedade rural e; jovens estudantes. A escolha das categorias se deu a partir do objetivo desta pesquisa que se dá através do conhecimento do porque os jovens permanecem ou retornam ao campo em determinado momento de suas vidas. A categoria dos jovens estudantes se faz importante pois é a partir desta categoria que se observa a importância do rural na vida dos urbanos e, se há interesse em retornar a propriedade ou ao espaço rural após sua formação.

Partiremos da pesquisa realizada com os jovens estudantes, que, ao serem questionados sobre a importância do campo para o desenvolvimento da sociedade, foram convictos em dizer que o campo é o principal meio de sobrevivência, sendo ele responsável pelo alimento que está na mesa todos os dias e, embora seja fundamental para o fornecimento de matéria-prima, o campo é desvalorizado dia após dia. Os jovens estudantes justificam sua saída do campo para estudar através da busca de novas oportunidades e garantia de renda no futuro e/ou “buscar especialização e inovação no ramo da agropecuária, no qual minha família trabalha e aplicar as novas tecnologias na propriedade rural, além de buscar formação profissional em algum desses

Figura 13 – 40ª edição da Romaria em Honra à São Pelegrino, realizada na comunidade de Lomba Grande-Arvoredo, em 12 de fevereiro de 2017.



Fonte Arquivo pessoal

setores da atividade”, destaca Nicolas Castro, um dos jovens da comunidade que deixou o campo com 14 anos para cursar Técnico em Agropecuária no Instituto Federal Catarinense (IFC) em Concórdia-SC, onde atualmente cursa Medicina Veterinária.

Quando questionados sobre o retorno às atividades rurais, as opiniões foram divididas, enquanto alguns jovens afirmaram que a vida no campo é muito melhor que a vida nos centros urbanos, outros destacam a desvalorização do campo que também é muito maior do que nas cidades. Maria Oliveira, 23 anos, tem conhecimento que na cidade, mesmo com um curso superior completo³, jamais terá os mesmos lucros que na propriedade dos pais, porém não há como os três filhos permanecerem na propriedade, mas brinca que se ela e a irmã decidirem voltar, os pais terão que dar um jeito em alojá-las na propriedade e garantir renda, e completa dizendo que desde pequena, o irmão mais novo foi preparado para suceder a propriedade e as meninas sempre foram incentivadas a estudar e residir em centros urbanos.

Todos os jovens dessa categoria, ao serem questionados sobre a importância ao incentivo à permanência no campo com políticas públicas, destacam que a estrutura física da propriedade dos pais só é possível graças à incentivos do governo federal. O programa Mais Alimentos, por exemplo, possibilita a aquisição de veículos de carga, que facilita o transporte de mercadorias do urbano para o rural e principalmente, alimentos do campo para a cidade. Esses jovens não usufruem das políticas públicas para a juventude, principalmente pelo fato de não estarem mais

³ A jovem está cursando o último período de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) campus Chapecó.

Figura 14 – Equipe Feminina de Futebol 7 de Lomba Grande nas Olimpíadas Municipais em 2015.



Fonte Arquivo pessoal

na propriedade rural e para não gerar um gasto extra para a família ao ter que pagar prestações de financiamentos.

A estrutura física da propriedade não é o principal influenciador na saída destes jovens do campo. Grande maioria das propriedades rurais, nesse caso, possuem mais que 30 hectares de terra, o que significa que são propriedades grandes se levarmos em consideração a divisão das terras no período da colonização do oeste catarinense. Rayan Cavalcanti, 19 anos, estudante de Direito na Unochapecó, único dos estudantes que não deixou o campo para estudar, destaca que sua saída é motivada pela ausência de estrutura física para ampliar as atividades desenvolvidas na propriedade, embora sua família conta com uma padaria, sendo esta uma renda extra para a família. Cavalcanti destaca ainda que,

cursar uma graduação foi sempre um grande sonho meu e de minha família, além disso, a nossa propriedade tem pouca estrutura e carece de condições ambientais

Figura 15 – Despedida de solteiro de um dos integrantes do Grupo de Jovens, em outubro de 2016.



Fonte Arquivo pessoal

Figura 16 – Viagem realizada pelo Grupo de Jovens para o litoral catarinense em 2016.



Fonte Arquivo pessoal

para poder promover meu sustento e qualidade de vida, e aumentar as fontes de renda dependerão de um aumento desta da estrutura, com financiamentos ou outras formas, o que se torna inviável no momento. (CAVALCANTI, 2016)

Portanto, o principal motivo da saída do campo destes jovens, está ligado a renda futura, o que significa a busca pela independência financeira do jovem perante a família. Outro destaque

desta categoria está relacionada a quantidade de homens que deixam o campo para estudar, nesse caso, o único jovem da comunidade que está cursando nível superior, não deixou a propriedade dos pais, o que confirma pesquisas feitas por Abramovay e Camarano (1998) no oeste catarinense, onde apresenta a tese da masculinização do campo.

Ao adentrar no universo dos jovens sucessores, adentramos ao objetivo desta pesquisa, compreender os principais fatores que contribuíram ou contribuem para a permanência destes jovens no espaço rural. Estes jovens são na totalidade homens e a escolha dos entrevistados se dá a partir da participação no grupo de jovens Padre Lídio Martinelli e por se destacarem por diversos motivos que abordaremos a seguir.

A permanência destes jovens no campo está associada não somente ao não gostar de estudar, mas principalmente o gosto pelo campo e por não haver outra possibilidade de sucessão. Gustavo Rodrigues, 28 anos, afirma que apenas não está estudando pois o campo exige muito tempo e força física, e portanto, estudar se tornaria muito exaustivo. O jovem é sucessor da propriedade que o pai herdou do avô, já falecido, mas que ainda conta com os auxílios da avó em pequenas funções a ela atribuída no cotidiano da propriedade.

A estrutura física da propriedade conta atualmente com três parcerias de terminação suínas, o que significa que a família atualmente é integrada a JBS⁴. Mas para complementar a renda, a família conta com um plantel de 25 vacas leiteiras, que garante a renda mensal e a garantia de um retorno, já que as instalações suínas são financiadas (Figura 17). Segundo o jovem, a família apenas construiu mais dois espaços para alojar os suínos obrigados pela empresa, ameaçados de serem cortados da parceria empresa-produtor.

Para concluir, o jovem afirma que a decisão de permanecer na propriedade foi dele, que a família deu a ele o livre arbítrio de optar em estudar ou permanecer, bem como a irmã, que também teve a oportunidade de escolher o que fazer, porém esta optou em estudar e atualmente cursa especialização em Educação Física na UNOESC *campus* Chapecó. Gabriela Rodrigues, 22 anos, diz que a vida na cidade não é tão exaustiva quanto no campo, mas que não consegue desvincular-se do rural e retorna todos os finais de semana para contribuir nas atividades da propriedade, junto com o irmão, os pais e a avó.

Para Luiz Oliveira, 21 anos, a permanência no campo se deu pelo amor às atividades rurais. Embora a propriedade não possua nenhum estímulo de permanência, o jovem encontrou alternativas de renda a partir do trabalho rural externo à propriedade do pai e da mãe. O jovem trabalha diariamente na agricultura e auxilia a irmã mais nova, de 13 anos, na atividade leiteira da propriedade. A irmã Luana, se dedica a propriedade desde cedo, devido aos problemas de

⁴ origem da JBS remonta a 1953, quando seu fundador, José Batista Sobrinho, iniciou as operações de uma pequena planta com capacidade de processamento de cinco cabeças de gado por dia, na cidade de Anápolis, em Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil [...] A companhia adquire a Seara Brasil e se consolida como líder global no processamento de aves. O negócio eleva em 33% a capacidade diária de produção de frango, em 30% a de suínos, 14% a de couro e em 30% o número de colaboradores. Além disso, o grupo passa a atuar no segmento de alimentos industrializados, se transformando na segunda maior plataforma brasileira de produção e distribuição de produtos de valor agregado. Disponível em: <http://www.jbs.com.br/pt-br/historia> acessado em 04 novembro de 2015.

Figura 17 – Foto da propriedade de um dos jovens sucessores pesquisados. Agosto de 2016.



Fonte Arquivo pessoal

saúde da mãe, mas afirma que não é o que sonha para seu futuro. Na propriedade a renda parte da pequena produção leiteira, da pensão recebida pela mãe devido aos problemas de saúde que enfrenta e da renda do jovem que trabalha diariamente nas propriedades dos vizinhos e parentes.

Para o jovem, o campo é importante para o desenvolvimento econômico do país e é de fundamental importância para a sobrevivência de muitas famílias. Além de se identificar com as atividades rurais, o jovem afirma que se não houver permanência dos jovens no campo, as atividades vão se encerrando pois não haverá mão de obra suficiente para o desenvolvimento das atividades.

Alguns sonhos muitas vezes são deixados de lado por não haver sucessores na propriedade. O jovem de 19 anos que atuava na equipe sub-20 da Associação Chapecoense Futebol (ACF), negou sua permanência no clube para permanecer na propriedade rural quando as irmãs deixaram o campo para estudar na cidade. Luan Barbosa optou pela vida no campo ao perceber que alguma atividade rural da propriedade seria extinta se não houvesse retorno de um dos filhos, o que influencia na diminuição da renda familiar, implicando na dificuldade de manter as irmãs no ensino superior.

O jovem que atualmente mora com os pais e os avós, têm o ensino médio completo e não nega que houve muito estímulo, principalmente por parte das irmãs, para fazer um curso técnico para atuar na propriedade e melhorar as atividades exercidas, porém, segundo ele, se deixasse o campo para estudar, seria a mesma coisa que continuar jogando na Chapecoense, os pais teriam que contratar mão de obra externa, e isso implicaria no aumento dos custos na produção.

A mão de obra da propriedade, conta diretamente com a atuação do pai, da mãe e do jovem. Os avós até contribuem para pequenas atividades, mas como a idade e os problemas de saúde estão bastante avançados não se exige muito dos mesmos, ambos desempenham suas atividades por amor a agricultura. Rafaela Barbosa, de 21 anos, estudante de fisioterapia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), irmã de Luan (19), retorna à propriedade todos os finais de semana e garante que retornará à propriedade caso haja condição para tal. Afirma que a vida na cidade é muito agitada e não consegue adaptar-se à mesma, embora esteja morando a 4 anos no centro urbano.

Para Gabriel Cardoso, 24 anos, a permanência no campo foi motivada pelo consumo de alimentos sem ou com pouco agrotóxicos e pela garantia de lucros que a propriedade oferece, além de “não gostar muito de estudar e ir para a cidade sem especialização não seria uma opção viável”, afirma o jovem.

O retorno dos jovens após uma especialização é motivada principalmente pela proximidade da família, bem como a aplicação das técnicas de manejo que foram aprimoradas na graduação ou curso técnico. Para Rafael Pereira⁵, 27 anos, a propriedade está vinculada a pluriatividade. O jovem é veterinário municipal e não atua diretamente na propriedade, apenas nos horários vagos, embora diariamente, mas vê a mesma como qualidade e baixo custo de vida. Pereira foi motivado a deixar a propriedade para estudar a partir da observação de necessidade e qualificação de pessoas para atuar na atividade rural.

O jovem que possui uma visão administrativa da atividade rural como um dos fatores que fazem dedicar algum tempo do dia nas atividades da propriedade, além de conhecimentos específicos ligados principalmente a bovinocultura leiteira, tem na propriedade como atividade única, a produção leiteira e destaca que “a especialização na área fez com que a propriedade tivesse um aumento da produção sem ter aumento de custos, beneficiando assim a atividade”.

Matheus Dias, 29 anos, vê as atividades no meio rural como aprimoramento nos conhecimentos a partir da demanda no mercado interno. O jovem, engenheiro agrônomo afirma que as tecnologias que vem surgindo necessitam de profissionalismo para serem executadas e seu retorno à propriedade dos pais está ligada ao auxílio à família nas atividades rurais desenvolvidas e a opção de trabalhar no que gosta.

Para Tiago Alves, 29 anos, a saída do campo está descartada devido a sucessão da propriedade, como possui apenas curso técnico em agropecuária, não descarta a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos em um curso superior na área de tecnologias rurais, seu retorno deu-se pela produção de alimentos e pela sociedade não saciar-se somente com a produção, havendo a necessidade de produzir com qualidade e em larga escala, pois, segundo o jovem, a margem de lucro tende sempre a diminuir o que compensa-se com a produção no próprio estabelecimento rural.

Para Emily Ribeiro, tecnóloga em gestão ambiental, a permanência no campo, futuramente, está ligada apenas às questões como moradia e tranquilidade, a continuação das atividades rurais,

⁵ Pereira é formado em Medicina Veterinária pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

por ela, estão descartadas. A jovem de 21 anos, acrescenta que o curso técnico é utilizado na propriedade para o aprimoramento de técnicas, mas o crescimento profissional está vinculado ao trabalho assalariado em empresas da área técnica. Já para Alexandre Martins, 25 anos, técnico em agropecuária no IFC e estudante de administração na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que retornou ao campo após ter parte do curso superior completo, afirma que o retorno à propriedade se dá pelo fato de que sua sobrevivência está diretamente ligada aos alimentos que a propriedade que sucederá produz. Justifica que as técnicas utilizadas na propriedade atualmente desenvolvidas, possuem influência direta, desde as práticas de manejo, como a administração do patrimônio familiar.

Erick Santos, técnico em agropecuária, destaca que o retorno ao campo deu-se pelo desenvolvimento da propriedade dos pais a partir da aplicação de técnicas de manejo conhecidas no curso técnico. O jovem de 20 anos, destaca que a permanência de jovens no campo deve ser estimulada para que haja a continuidade das pequenas propriedades e para que a agricultura familiar não perca seu foco. Atualmente o jovem está cursando agronomia na Unochapecó, mas está conciliando trabalho e estudo, para que não haja a necessidade de deixar o campo para aprimorar o conhecimento.

Os jovens das três categorias, vêm o grupo de jovens Padre Lídio Martinelli, como um influenciador indireto da permanência ou retorno à vida rural, assim como destacam a comunidade em geral como principal motivador a permanecer. Os jovens que não saíram da propriedade dos pais e são reconhecidos como sucessores, destacam que a comunidade em geral de Lomba Grande, contribui para a não saída, por fatores que identificam a organização coletiva do núcleo, bem como a possibilidade de lazer dos jovens, em diferentes oportunidades, além de possibilitar a participação nas decisões e construção da comunidade em geral.

Os jovens técnicos e/ou graduados, vêm o grupo de jovens como influenciador de um lazer sadio, ou seja, não há inserção de drogas e violência nos grupos de jovens do interior e a inserção do grupo na comunidade é fator essencial para o crescimento e reconhecimento dos jovens diante da comunidade, mas acrescentam que a baixa permanência das moças no espaço rural, acarreta na saída dos jovens do campo em busca do matrimônio. Todos os jovens reconhecidos como sucessores, destacam a dificuldade de ter um relacionamento estável, a partir da decisão de não deixar o campo para viver nas cidades.

4.1 ATIVIDADES RURAIS DESENVOLVIDAS PELOS JOVENS NAS PROPRIEDADES

No decorrer da pesquisa observamos as atividades desempenhadas pelos jovens nas propriedades rurais, e concluímos que, as atividades variam conforme a responsabilidade dos jovens, especialmente na sucessão das propriedades.

Luan Barbosa, toma conta de 350 matrizes suínas diariamente e auxilia os pai, com a atividade leiteira sempre que possível. Ressalta que recentemente, com a aquisição de mais terras oriundas do êxodo rural, as atividades a ele atribuídas aumentaram, mas garante que grande parte da renda é destinada a permanência das irmãs na universidade. Mas complementa,

não me sinto excluído em ter que voltar para ajudar o pai a pagar a faculdade das meninas, larguei um sonho meu, mas aqui tenho tudo, comida, dinheiro, transporte e ainda consigo jogar futebol todas as quartas, sábados e às vezes nas sextas e domingos. (BARBOSA, 2016)

Para o jovem, o esporte (Figura 18) e o contato direto com a família são motivadores a permanecer, “quando eu vejo o nono e a nona dando o máximo de si pra ajudar a fazer um pouco das coisas, ou na horta ou no chiqueiro, penso que é assim que eu quero ser quando envelhecer, cheios de saúde e disposição”.

Figura 18 – Equipe Masculina de Futebol 7 de Lomba Grande nas Olimpíadas Municipais em 2015.



Fonte Arquivo pessoal

Manuela Fernandes, 22 anos, estudante de Ciências Sociais na UFFS, destaca que as idas para a propriedade dos pais em alguns finais de semana não podem ser representadas como simples visitas, mas sim resultado de ajuda nas atividades desempenhadas na propriedade. A família que tem como atividade principal a produção de suínos terminação, e conta como complementação de renda a atividade leiteira e é nesta atividade que fica encarregada a maior parte do tempo de trabalho da família. Manuela vê as atividades domésticas como contribuição dos auxílios recebidos pelos pais para viver na cidade. A jovem destaca que a vida no campo é muito calma e é por esse fator que se identifica muito com a vida nos centros urbanos. Acrescenta que,

Em Chapecó eu tenho mais liberdade, meus pais não ficam o tempo todo me questionando onde estou indo e que horas vou voltar, tenho meu trabalho e consigo me sustentar, por isso descarto a possibilidade de voltar, além do mais tem meu irmão que quer fazer medicina veterinária para cuidar da propriedade, então decidimos investir nisso e deixar a propriedade com ele. (FERNANDES, 2016)

Fabio Barbosa Dias, 28 anos, agricultor, é responsável pela parceria de terminação de suínos, enquanto a mãe se dedica aos afazeres da casa e da única vaca leiteira, o pai é responsável pelo plantio de grãos, principalmente milho. O jovem diz que morar com os pais beirando os 30 e solteiro é algo que o preocupa um pouco, o jovem quer constituir família, mas explica que “nos bailes, as meninas parecem que fogem quando falo que quero continuar na roça, que lá eu me sinto bem. Até parece que metade das pessoas que tãõ em volta [nos bailes] não saíram do campo para irem nas cidades”.

No mesmo sentido, Gustavo Rodrigues diz que a culpa dos jovens saírem do campo é atrelado às mulheres, dizendo “[. . .] são vocês [mulheres] que deixam o campo para viverem nas cidades, os rapaz só vão atrás [. . .]”. O jovem que está namorando com uma moça de outra comunidade próxima a Lomba Grande, e também pertencente ao município de Arvoredo-SC, diz que jamais quer deixar o campo, mas acha difícil sua namorada concluir a graduação e voltar a morar no campo, já que possuirá uma especialização “[. . .] é muito mais fácil ela vir dormir em casa e trabalhar na cidade, do que morar aqui e depender do trabalho duro pra sobreviver [. . .]”, mas enfatiza “[. . .] antes assim do que nem dormir no interior venha”.

Alexandre Martins, enfatiza que a vida nas cidades é recorrente de muitas regras e a convivência com as pessoas é dificultosa a partir do momento que se tornam concorrentes, ou seja, o tempo todo. Para o jovem que tem a atividade leiteira como única produção familiar, afirma que “[. . .] é só tirarmos um pouco de tempo e aplicarmos dedicação ao que se faz no campo que o retorno vem [. . .]”. O jovem, que casou-se em novembro de 2016 (Figura 19), prova que o matrimônio é um forte influenciador na permanência dos jovens, pois a partir deste, os jovens tendem a construir suas casas e famílias no meio rural, em função do modo de vida e da rentabilidade que uma propriedade bem gerenciada trás. Para Martins, a mecanização é apenas um meio de facilitar o trabalho, mas independente de tê-la ou não na propriedade é necessário administrar o tempo e as atividades a fim de obter retorno financeiro e menor desgaste físico no desempenho das funções.

Figura 19 – Casamento de um dos Integrantes do Grupo de Jovens, novembro 2016.



Fonte Arquivo pessoal

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas pelo presente estudo, o qual se deteve em compreender quais os motivos que condicionam as decisões dos jovens por permanecer ou sair das propriedades rurais, concluiu que a agricultura familiar tem papel de extrema importância para o município de Arvoredo-SC, principalmente na comunidade de Lomba Grande, ambiente pesquisado, pois é a partir da agricultura familiar que gira a economia municipal e as famílias mantêm sua subsistência e qualidade de vida, conclui-se que, o principal problema encontrado está na tendência ao envelhecimento da população rural, o celibato principalmente masculino, masculinização nas propriedades e a concentração da população no meio urbano, diminuição da natalidade em função da ausência de moças sucessoras ou matrimônios, assim como, a redução e abandono das pequenas propriedades, processo este decorrente do intenso êxodo rural ocorrido nas últimas décadas, ocasionando problemas econômicos, sociais e culturais, levando a redução no número de jovens no campo e conseqüentemente, venda das propriedades devido à falta de mão de obra.

Considera-se, que a decisão do jovem pela permanência na propriedade, está relacionada à sua autonomia. Mas além da autonomia, o ambiente familiar que o jovem compartilha e as condições socioeconômicas que ele possui disponível, também consistem em importantes elementos a serem considerados no momento de optar por permanecer ou não na propriedade. Estes elementos, possibilitam a ele desenvolver seus projetos de vida, sejam pessoais, econômicos ou sociais. Contudo, um importante ponto a ser observado referente à decisão destes jovens é o gosto pelas atividades agrícolas, conclui-se então, que independentemente de herança, disponibilidade de renda ou autonomia, sem vocação para a agricultura ele opta por sair.

No entanto a questão da sucessão não está vinculada somente a políticas públicas, herança, autonomia ou renda, mas também ao somatório de vários fatores que interferem direta e indiretamente na herança. Embora observa-se que em propriedades onde há um maior emprego de tecnologia e diminuição da carga de trabalho ocorre a sucessão da propriedade e o jovem se mantém no campo. Onde não há aplicação de tecnologias ocorre à evasão das famílias para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, isto é, a mecanização e aprimoramento de técnicas utilizadas na agricultura ou nas atividades produtivas, é um grande influenciador na permanência dos jovens no campo, porém não é o único. A divisão dos lucros da propriedade e o matrimônio são também grandes influenciadores na permanência ou retorno dos jovens.

A sucessão da propriedade familiar, por fim, é inerente ao estudo. O jovem que possui condições de cursar uma especialização ou um curso técnico é mais motivado a permanecer na agricultura em função dos ganhos. Porém, destaco que, os jovens têm plena consciência e capacidade de administrar a propriedade e estão cientes de que os ganhos seriam maiores se não fosse necessário depender de uma opinião externa a família e a propriedade para gerenciar a produção, embora os produtores e produtoras tem muito mais conhecimento técnico sobre a produção. O conhecimento prático é maior em função de estarem aplicando as tecnologias

diariamente na propriedade, se comparado com uma pessoa externa, que orienta como deve ser produzido mas não acompanha os resultados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista brasileira de estudos populares**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45–65, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: Desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 104 p.
- _____. Agricultura familiar e sucessão profissional: Novos desafios. In: **ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. [S.l.: s.n.], 2007. v. 39.
- ARVOREDO é referência na aquisição da merenda escolar - Município de Arvoredo. Município de Arvoredo-SC, 2015. Disponível em: <<http://www.arvoredo.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/316008/codMapaItem/6769>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- BIANCHI, Marília Fortes. **Escola, mídia e juventude**. Monografia (Graduação) — UFFS, Chapecó, 2015.
- BIANCHINI, Valter. **Agricultura Familiar 1 - O que é agricultura familiar? - YouTube**: depoimento [ago. 2014]. YouTube, 2014. Vídeo (14 min 56 seg). Entrevista concedida à TV USP Piracicaba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GM7vao6cFiY>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: O movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Dissertação (Mestrado) — UFSC, Florianópolis, 2012.
- BROCH, Alberto Ercílio. **Agricultura Familiar 1 - O que é agricultura familiar? - YouTube**: depoimento [ago. 2014]. YouTube, 2014. Vídeo (14 min 56 seg). Entrevista concedida à TV USP Piracicaba. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GM7vao6cFiY>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: MARIA JOSÉ CARNEIRO AND ELISA GUARANÁ DE CASTRO. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35–52.
- _____. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: ARLENE RENK AND CLOVIS DORIGON. **Juventude rural, cultural e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 115–138.
- CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. 370 p. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.
- CENSO Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p.

IBGE. [**População Jovem no Brasil**]. 2015. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm>. Acesso em: 30 set. 2015.

KONRAD, Jóice; AZEVEDO DA SILVA, Clécio. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à integração. **XXI Encontro Nacional de Geografia agrária**, Minas Gerais, 2012. ISSN 1984-487X.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Juventude Estudos, 1). Disponível em: <<http://juventude.gov.br/revista>>.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Departamento de Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis, v. 5, n. 28, p. 64–70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. [S.l.]: Editora da UFSC, 2003.

RENK, Arlene. O conhecimento do território: a bandeira de konder. In: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de santa catarina: documentos e leituras**. 1. ed. Chapecó: Argos, 2005. cap. 2, p. 109–127.

RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: ARLENE RENK AND CLOVIS DORIGON. **Juventude rural, cultural e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 15–34.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. São Paulo: RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais, 2010. v. 4.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. (Dissertação de Mestrado) — UFRRJ, Rio de Janeiro, 1995.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: ARLENE RENK, CLOVIS DORIGON. **Juventude rural, cultural e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 139–162.